

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Terceira Emissão de Debêntures Simples,
Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única da**



MRV Engenharia e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ n.º 08.343.492/0001-20/ NIRE n.º 31.300.023.907

Avenida Raja Gabaglia, n.º 2.720

Belo Horizonte - MG

CEP 30494-170

R\$516.400.000,00

Código ISIN: BRMRVEDBS038

Classificação de Risco 'brA+' pela Standard & Poor's

Registro na CVM n.º CVM/SRE/DEB/2010/007

Distribuição pública de 51.640 (cinquenta e uma mil seiscentas e quarenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, todas nominativas e escriturais, da terceira emissão da MRV Engenharia e Participações S.A. ("MRV", "Companhia" ou "Emissora"), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Debêntures"), incluindo as Debêntures do Lote Adicional e as Debêntures do Lote Suplementar (conforme definido abaixo), perfazendo o total de R\$516.400.000,00 (quinhentos e dezesseis milhões e quatrocentos mil reais) na data de emissão, qual seja, 01 de fevereiro de 2010 ("Oferta" e "Data de Emissão", respectivamente).

A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar, conforme definido abaixo) poderia ser aumentada, a critério da Companhia, com a anuência do Banco Bradesco BBI S.A., na qualidade de coordenador líder da Oferta ("Coordenador Líder") e do BB - Banco de Investimento S.A. ("BB-BI", em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta"), e observado o limite estabelecido no artigo 60 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em até 20%, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400" e "Debêntures do Lote Adicional", respectivamente). A opção de Debêntures do Lote Adicional foi exercida integralmente, representando um aumento de 20% com relação às Debêntures inicialmente ofertadas, mantidas as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas. Adicionalmente, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures do Lote Adicional) poderia ser acrescida em até 15%, a exclusivo critério dos Coordenadores da Oferta, conforme opção a eles outorgada pela Companhia, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 e observado o limite estabelecido no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações ("Debêntures do Lote Suplementar"). A opção de Debêntures do Lote Suplementar foi exercida parcialmente, representando um aumento de 9,1% com relação às Debêntures inicialmente ofertadas, as quais foram destinadas para atender o excesso de demanda constatado pelos Coordenadores da Oferta no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido neste Prospecto Definitivo), mantidas as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.

A Oferta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 14 de janeiro de 2010, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") em 25 de janeiro de 2010, sob o número 4284636 e publicada no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais", nos jornais "Jornal da Tarde" e "Hoje em Dia", em 16 de janeiro de 2010. A taxa de remuneração final das Debêntures foi aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2010, cuja ata foi arquivada na JUCEMG no dia 04 de março de 2010, sob o número 4304904 e foi publicada no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" em 02 de março de 2010, e nos jornais "Jornal da Tarde" e "Hoje em Dia", em 27 de fevereiro de 2010 e "Valor Econômico" em 01 de março de 2010.

A Oferta é regida pelo "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.", celebrada entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), em 18 de janeiro de 2010 ("Escritura de Emissão"), conforme aditado em 28 de janeiro de 2010 e em 26 de fevereiro de 2010. A Escritura de Emissão e seus aditamentos foram registrados na JUCEMG em 25 de janeiro de 2010, em 10 de fevereiro de 2010 e em 05 de março de 2010, sob os números ED.000.073-1/000, ED.000.073-1/001 e ED.000.073-1/002, respectivamente.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação dos Coordenadores da Oferta, e instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução da CVM n.º 471, de 08 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), e na Instrução CVM 400. As Debêntures do Lote Adicional e as Debêntures do Lote Suplementar, estarão sujeitas ao regime de colocação de melhores esforços. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e/ou do SND - Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (b) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e/ou do Sistema BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO DEVER SER LIDO EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ELABORADO NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO DA CVM N.º 480, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009. O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA SE ENCONTRA DISPONÍVEL PARA CONSULTA NOS SITES WWW.MRV.COM.BR/RI, WWW.CVM.GOV.BR E WWW.BMFBOVESPA.COM.BR. PARA INFORMAÇÕES DETALHADAS DE ACESSO EM CADA UM DESTES WEBSITES VER PÁGINA 53 DESTES PROSPECTO.

ESTE PROSPECTO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO COMO UMA RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUE FAÇAM SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA OPORTUNIDADE A PARTIR DA LEITURA CUIDADOSA DESTES PROSPECTO DEFINITIVO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 44 A 45 DESTES PROSPECTO DEFINITIVO, EM CONJUNTO COM AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, CUJO ACESSO ESTÁ DEVIDAMENTE INDICADO NA PÁGINA 53 DESTES PROSPECTO, PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS À EMISSORA E À OFERTA. MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO AO COORDENADOR LÍDER E À CVM NOS ENDEREÇOS INDICADOS NA PÁGINA 12 DESTES PROSPECTO.

O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA.

Coordenadores da Oferta



Coordenador Líder



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

A data deste Prospecto Definitivo é 09 de março de 2010.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

I. Introdução	5
DEFINIÇÕES.....	7
INFORMAÇÕES CADASTRAIS	11
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES	12
IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA.....	13
II. Informações Relativas à Oferta	17
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....	19
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	25
<i>Composição do Capital Social</i>	25
<i>Características e Prazos da Oferta</i>	25
<i>Assembleia Geral de Debenturistas</i>	32
<i>Indisponibilidade, Impossibilidade de Aplicação ou extinção da Taxa DI</i>	33
<i>Encargos Moratórios</i>	34
<i>Não Comparecimento dos Debenturistas</i>	34
<i>Imunidade Tributária</i>	34
<i>Publicidade</i>	34
<i>Classificação de Risco</i>	34
<i>Cronograma das Etapas da Oferta</i>	35
<i>Identificação do Público Investidor Alvo e Inadequação de Investimento</i>	35
<i>Suspensão e Cancelamento da Oferta</i>	35
<i>Alteração das Circunstâncias, Modificação ou Revogação da Oferta</i>	36
<i>Alterações nos Termos e Condições da Oferta (Market Flex)</i>	37
<i>Limite Legal</i>	37
<i>Contrato de Distribuição</i>	37
<i>Informações Adicionais</i>	40
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA.....	41
<i>Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder</i>	41
<i>Relacionamento entre a Companhia e o BB-BI</i>	42
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	43
FATORES DE RISCO.....	44
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA.....	46
CAPACIDADE DE PAGAMENTO	47
CAPITALIZAÇÃO.....	48

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

III. Anexos	49
Formulário de Referência	51
Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de janeiro de 2010 que Deliberou sobre a Oferta.....	55
Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de fevereiro de 2010, que aprovou a taxa de remuneração final das Debêntures	59
Estatuto Social	63
Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.	67
Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.	101
Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.	111
Declaração da Companhia (artigo 56 da Instrução CVM 400).	123
Declaração do Coordenador Líder (artigo 56 da Instrução CVM 400).....	127
Súmula da Agência de Rating Standard & Poor's.....	133
 IV. Demonstrações Financeiras.....	 139
Demonstrações Financeiras referentes ao período de 31 de maio a 31 de dezembro de 2006	141
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 ...	145
Informações Trimestrais referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e de 2008.....	149

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

I. Introdução

- Definições
- Informações Cadastrais
- Identificação de Administradores, Consultores e Auditores
- Identificação dos Coordenadores da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Neste Prospecto, as expressões ou palavras grafadas com iniciais maiúsculas terão o significado atribuído conforme a descrição abaixo, exceto se de outra forma indicar o contexto.

AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta, publicado em 02 de fevereiro de 2010.
Banco Mandatário e Escriturador	Bradesco.
BB-BI	BB – Banco de Investimento S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa da BM&FBOVESPA.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Bradesco	Banco Bradesco S.A.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
CETIP	CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Companhia, Emissora, ou MRV	MRV Engenharia e Participações S.A.
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, em Série Única, da Terceira Emissão da MRV Engenharia e Participações S.A., celebrado, em 28 de janeiro de 2010, entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta para a presente Oferta, conforme aditado em 25 de fevereiro de 2010.
Coordenadores da Oferta	Bradesco BBI e BB-BI.
Coordenador Líder	Bradesco BBI.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	01 de fevereiro de 2010.

Data de Liquidação	10 de março de 2010.
Data de Vencimento	01 de fevereiro de 2014.
Debêntures	As Debêntures a serem emitidas no âmbito desta Oferta, da espécie quirografária, sem garantia, ou seja, não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantia dos debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.
Debêntures do Lote Adicional	Lote Adicional de Debêntures, equivalente a até 20% das Debêntures inicialmente ofertadas, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar, que, a critério da Companhia, com a concordância dos Coordenadores da Oferta, poderia ser acrescido à Oferta, conforme dispõe o Artigo 14, §2º da Instrução CVM 400 e observado o limite estabelecido no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações. A opção de Debêntures do Lote Adicional foi exercida integralmente, representando um aumento de 20% com relação às Debêntures inicialmente ofertadas, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar, mantidas as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.
Debêntures do Lote Suplementar	Lote Suplementar de Debêntures, equivalente a até 15% das Debêntures inicialmente ofertadas, sem considerar as Debêntures do Lote Adicional, que poderia ser acrescido à Oferta, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores da Oferta, nos termos do Artigo 24 da Instrução CVM 400 e observado o limite estabelecido no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações. A opção de Debêntures do Lote Suplementar foi exercida parcialmente, representando um aumento de 9,1% com relação às Debêntures inicialmente ofertadas, sem considerar as Debêntures do Lote Adicional, as quais foram destinadas para atender o excesso de demanda constatado pelos Coordenadores da Oferta no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , mantidas as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela nossa Companhia e as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela nossa Companhia; (ii) administradores da Companhia, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas; e (iii) fundos de investimento e previdência privada patrocinada pela nossa Companhia, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e de seus parentes até o segundo grau.
Diretoria	Diretoria da Companhia.
Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A., celebrado em 18 de janeiro de 2010, entre a Companhia e o Agente Fiduciário, conforme aditado em 28 de janeiro de 2010 e em 26 de fevereiro de 2010.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.

Formulário de Referência	Formulário de Referência previsto na Instrução CVM 480.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.
Investidores Institucionais	Pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas ordens específicas de investimento excederem o limite de R\$300.000,00, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização.
Investidores Não-Institucionais	Pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento (registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor), residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Oferta	A presente distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, todas nominativas e escriturais, da terceira emissão da Companhia.
Oferta de Varejo	A Oferta destinada a Investidores Não Institucionais.
Oferta Institucional	A Oferta destinada a Investidores Institucionais.
Pedido de Reserva	Pedido de reserva de Debêntures, mediante o preenchimento de formulário específico, perante os Coordenadores da Oferta.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na (i) Data de Emissão, e termina na data da primeira data de pagamento da remuneração, no caso do primeiro Período de Capitalização; e (ii) na data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da remuneração do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período de 09 de fevereiro de 2010 a 11 de fevereiro de 2010 (inclusive) data esta que antecedeu sete dias úteis o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , para reservas por investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e regulamentos da CVM e as normas e pronunciamentos do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, vigentes à época das referidas demonstrações financeiras.

Prazo de Distribuição	Período máximo de seis meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores da Oferta, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures, nos termos do parágrafos 1º e 2º do artigo 23, e do artigo 44 da Instrução CVM 400.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam: (a) administradores ou controladores da Companhia; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores da Oferta, ou (c) outras pessoas físicas ou jurídicas vinculadas à Oferta, bem como (d) os respectivos cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c) anteriores, conforme aplicável.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Companhia.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Companhia, datado de 02 de fevereiro de 2010.
Prospectos	Este Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, conjuntamente.
Real ou R\$	Moeda corrente no Brasil.
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos.
SFH	Sistema Financeiro da Habitação, instituído pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, conforme alterada.
SND	Sistema Nacional de Debêntures.
Standard & Poor's	Standard & Poor's Rating Services.
UNNO	UNNO Participações S.A.
Taxa DI	Equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI <i>over extra grupo</i> - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na <i>Internet</i> (http://www.cetip.com.br), base 252 dias, expressa na forma percentual ao ano.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Identificação	MRV Engenharia e Participações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.343.492/0001-20, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCEMG sob o NIRE 31.300.023.907.
Sede	Nossa sede social está localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 2.720, CEP 30494-170.
Data e número de registro da Companhia na CVM	Em 13 de julho de 2007, a CVM concedeu o nosso registro de companhia aberta, sob o nº 02091-5.
Diretoria de Relações com Investidores	Nossa diretoria de relações com investidores está localizada na Cidade de Belo Horizonte. O responsável por esta diretoria é o Sr. Leonardo Guimarães Corrêa. O telefone de nosso departamento de relações com investidores é (55**31) 3348-7106, e nosso fax é (55**31) 3348-7155 e o email é: ri@mrv.com.br .
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, localizada na Rua Paraíba, 1.122 – 20º e 21º, Funcionários, Belo Horizonte – MG, CEP 30130-141, telefone (55**31) 3269-7400.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	Nossas ações são negociadas na BM&FBOVESPA sob o código “MRVE3”.
Jornais nos quais divulgamos nossas informações	Nossas publicações são realizadas em atendimento à Lei das Sociedades por Ações, no “Diário Oficial do Estado de Minas Gerais”, e nos jornais “Hoje em Dia” e “Jornal da Tarde”.
Website na Internet	www.mrv.com.br .
Informações Adicionais	Informações complementares sobre a nossa Companhia e sobre a Oferta poderão ser obtidas junto: (a) à nossa Companhia, em nossa sede social; (b) ao Bradesco BBI, na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (c) ao BB-BI, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (d) à CVM, na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (e) à CETIP, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, (f) à BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro, nº 275 e na Praça Antônio Prado, nº 48, ambos na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (g) à ANBIMA, na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 21º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou na Rua 7 de Setembro, nº 111, sala 2.102, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a nossa Companhia e a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia	
MRV Engenharia e Participações S.A. Av. Raja Gabaglia, nº 2.720, Estoril Belo Horizonte, MG, Brasil, 30494-170 At.: Sr. Leonardo Guimarães Corrêa Telefone: (55**31) 3348-7106 Fax: (55**31) 3348-7155 E-mail: ri@mrv.com.br Internet: www.mrv.com.br	
Coordenador Líder	Coordenador
Banco Bradesco BBI. S.A. Av. Paulista, nº 1.450, 8º andar São Paulo, SP, Brasil, 01310-917 At.: Sr. João Carlos Zani Telefone: (55**11) 2178-4800 Fax: (55**11) 2178-4880 E-mail: zani@bradescobbi.com.br Internet: www.bradescobbi.com.br	BB - Banco de Investimento S.A. R. Senador Dantas, nº 105, 36º andar Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 20031-923 At.: Sr. Paulo Francisco Laranjeira Júnior Telefone: (55**21) 3808-3625/(55**11) 3149-8400 Fax: (55**21) 3808-3239/(55**11) 3149-8529 E-mail: paulolaranjeira@bb.com.br Internet: www.bb.com.br/ofertapublica
Consultor Legal	Auditores Independentes
Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 11º andar São Paulo, SP, Brasil, 01451-000 At.: Sr. Daniel de Miranda Facó/Sra. Ana Luiza Franco Telefone: (55**11) 3150-7000 Fax: (55**11) 3150-7071 E-mail: dfaco@mmso.com.br Internet: www.machadomeyer.com.br	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Rua Paraíba, nº 1.122, 20º e 21º andares Belo Horizonte, MG, Brasil, 30130-141 At: Sr. Délio Rocha Leite Telefone: (55**31) 3269-7400 Fax: (55**31) 3269-7470 E-mail: dleite@deloitte.com Internet: www.deloitte.com

As declarações de veracidade da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto.

IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

COORDENADOR LÍDER

Bradesco BBI

O Bradesco BBI opera nas áreas de Banco de Investimento, com destaque em operações de Mercado de Capitais, Fusões e Aquisições, Financiamento de Projetos e Operações Estruturadas, além de contar com Corretora de Valores Mobiliários, *Private Banking* e *Asset Management*. Além do mercado local, o Bradesco BBI também atua no mercado internacional, originando e estruturando operações junto a investidores estrangeiros.

O excelente desempenho do Bradesco BBI na área de Banco de Investimento pode ser confirmado por meio dos seguintes destaques:

- (i) líder em operações de Reestruturações Societárias/Ofertas Públicas de Aquisição (OPAs) e 2º colocado na prestação de serviços envolvendo operações de Fusões e Aquisições; em valores de transações executadas, no segundo semestre de 2009, segundo o *Ranking* de Anúncio da ANBID;
- (ii) terceira posição em operações de renda variável por valor (distribuição) segundo o *Ranking* ANBID publicado em setembro de 2009. O Bradesco BBI foi Coordenador Líder e *Joint Bookrunner*, da Oferta Pública Inicial da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, que totalizou R\$8,4 bilhões e como *Joint Bookrunner* da Oferta Pública Inicial da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., no montante de R\$575,0 milhões;
- (iii) líder em operações de renda fixa no mercado doméstico em setembro de 2009 de acordo com o *Ranking* de Originação ANBID - com participação de mercado de 23,3% e volume de R\$6,9 bilhões; e
- (iv) em 2009, atuou como assessor e estruturador financeiro para importantes projetos de diferentes setores da economia, dentre os quais se destacam os projetos UHE Jirau (usina hidrelétrica do Complexo Madeira, com capacidade instalada de 3.300 MW) e Usina Jataí (investimento *greenfield* da Cosan, com capacidade de moagem de 4,0 milhões de toneladas/ano de cana-de-açúcar). Os recursos obtidos junto ao BNDES para a implantação dos projetos somam R\$7,2 bilhões para a UHE Jirau e R\$639,0 milhões para a Usina Jataí.

Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do País e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia, que possibilita oferecer a seus 20,4 milhões de correntistas comodidade e segurança. Clientes e usuários têm a disposição 41.067 pontos de atendimento, entre eles, 4.598 agências e 6.011 unidades do Banco Postal. No primeiro semestre de 2009, o lucro líquido foi de R\$4,0 bilhões, patrimônio líquido de R\$37,2 bilhões e R\$482,4 bilhões em ativos totais.

COORDENADOR

BB-BI

Em novembro de 1988, o Banco do Brasil S.A. criou o BB-BI, subsidiária integral que detém participações permanentes em empresas que representam uma extensão da atividade econômica do conglomerado e possui, também, participações societárias de caráter temporário no capital de empresas que adotam boas práticas de governança corporativa. O resultado do BB-BI origina-se de suas atividades de intermediação financeira, prestação de serviços e participações societárias.

Em 2008, o BB-BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Ambev, no valor de R\$1,5 bilhão; a primeira emissão de notas promissórias da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R\$100,0 milhões; a primeira emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R\$200,0 milhões; a terceira emissão de notas promissórias da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$400,0 milhões; a quinta emissão de debêntures da Gafisa S.A. no valor de R\$250,0 milhões; a segunda emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R\$100 milhões; a quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A. no valor de R\$550,0 milhões; a segunda emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R\$390,0 milhões. O BB-BI também participou da quarta emissão de debêntures da USIMINAS, no valor de R\$500,0 milhões; da primeira emissão de notas promissórias da TCO IP S.A. no valor de R\$530,0 milhões; da nona emissão de debêntures da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo no valor de R\$220,0 milhões e da segunda emissão de notas promissórias da Invitel S.A., no valor de R\$950,0 milhões.

Em 2009, o BB-BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R\$400,0,0 milhões; a terceira emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$400,0 milhões; a terceira emissão de notas promissórias da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R\$600,0 milhões; a primeira emissão de debêntures da TAM Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$600,0 milhões; a primeira emissão de debêntures da InBev Participações Societárias S.A., no valor de R\$2,0 bilhões; a segunda emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R\$430,0 milhões; a terceira emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$550,0 milhões; a terceira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$2.700,0 milhões; a quarta emissão de notas promissórias da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R\$900,0 milhões; a primeira emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A., no valor de R\$450,0 milhões; a quarta emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A, no valor de R\$400,0 milhões; a primeira emissão de debêntures da JHSF Participações S.A, no valor de R\$100,0 milhões e da quarta emissão de debêntures da BNDES Participações S.A - BNDESPAR, no valor de R\$1.250,0 milhões. O BB-BI participou da segunda emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R\$200,0 milhões; da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A, no valor de R\$600,0 milhões; da primeira emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A. no valor de R\$1.600,0 milhões; participou da terceira emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R\$120,0 milhões; da quinta emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias, no valor de R\$598,0 milhões; da segunda emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., no valor de R\$400,0 milhões; da primeira emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A., no valor de R\$330,0 milhões.

Em operações de renda variável, o BB-BI mantém posição entre os principais intermediários em ofertas públicas, de acordo com o *ranking* da ANBID, apoiado em mais de 16 mil pontos de atendimento de seu controlador, Banco do Brasil S.A., espalhados por todo o Brasil e em outros 22 países. Em 2008, atuou como coordenador líder na oferta pública de ações de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, no valor de R\$460,0 milhões, e como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Vale S.A., no valor de R\$19,4 bilhões. Ocupou o terceiro lugar no *ranking* ANBID de distribuição de renda variável de 2008, com o valor de R\$4,2 bilhões e 12,4% de participação de mercado. Em 2009, atuou como coordenador na oferta pública inicial de ações de emissão da Visanet, no valor de R\$8,4 bilhões, do *Follow On* de BRF Brasil Foods, no valor de R\$5,2 bilhões, de Gol Linhas Aéreas Inteligentes no valor de R\$1,0 bilhão e de Marfrig Alimentos no valor de R\$1,5 bilhão. Atuou, também, como coordenador contratado nas operações de Natura, Multiplan, CCR, Cyrela, Santander e Rossi. Em 2009, ocupou a primeira posição em operações de renda variável por valor (distribuição) segundo o *ranking* ANBID publicado (setembro de 2009).

No mercado de securitização, o BB-BI participou da estruturação de operações de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) de Furnas II, Sabesp I, Bancoob, Petroflex, Polo Precatório Federal NP, Grupo Brasil, Cobra Tecnologia, Celesc e Chemical IV, em emissões que totalizaram R\$2,5 bilhões. No segmento de securitização de ativos imobiliários, o BB-BI atuou na estruturação dos Fundos de Investimento Imobiliário BB FII Progressivo (2005) e RB Capital Renda I FII (novembro de 2009).

O BB-BI conta ainda com ampla experiência em assessoria e estruturação de grandes operações de fusões e aquisições envolvendo empresas dos setores de energia elétrica, portuário, transportes, saneamento, dentre outros. Em projetos de privatização, foi vencedor de 13 dos 16 consórcios de que participou.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

II. Informações Relativas à Oferta

- Resumo das Características da Oferta
- Informações Relativas à Oferta
- Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta
- Destinação dos Recursos
- Fatores de Risco
- Operações Vinculadas à Oferta
- Capacidade de Pagamento
- Capitalização

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Esta seção não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 44 e 45 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Companhia, cujos acessos estão devidamente indicados nas páginas 53, 143, 147 e 151 deste Prospecto.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Emissora:	MRV Engenharia e Participações S.A.
Debêntures:	Debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em série única.
Oferta	A Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, consideradas conjuntamente.
Oferta de Varejo	O equivalente a até 10% das Debêntures originalmente ofertadas seria destinado à colocação pública perante Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo, sendo que não houve pedidos de reserva por Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo. As Debêntures destinadas à Oferta de Varejo não alocadas foram destinadas aos Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.
Oferta Institucional	A Oferta realizada junto a Investidores Institucionais.
Data de Emissão:	01 de fevereiro de 2010.
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Banco Mandatário e Escriturador:	Bradesco.
Coordenador Líder:	Bradesco BBI.
Coordenadores da Oferta:	Bradesco BBI e BB-BI.
Valor Total da Oferta:	R\$516.400.000,00, sendo o valor total das Debêntures inicialmente ofertadas equivalente a R\$400.000.000,00 na Data de Emissão, acrescida de R\$80.000.000,00 em função do exercício integral das Debêntures do Lote Adicional e R\$36.400.000,00 em função do exercício parcial das Debêntures do Lote Suplementar.
Número de Séries:	As Debêntures serão emitidas em uma única série.
Valor Nominal Unitário:	R\$10.000,00, na Data de Emissão (“ <u>Valor Nominal</u> ”).

Quantidade de Debêntures:	51.640 Debêntures, sendo a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada equivalente a 40.000 Debêntures, acrescida de 8.000 Debêntures, em função do exercício integral das Debêntures do Lote Adicional e de 3.640 Debêntures em função do exercício parcial das Debêntures do Lote Suplementar.
Debêntures do Lote Suplementar:	A Companhia outorgou aos Coordenadores a opção de distribuição de lote suplementar de até 6.000 debêntures, correspondentes a até 15% da quantidade de Debêntures originalmente ofertadas na Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 e observado o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações. A opção de Debêntures do Lote Suplementar foi exercida parcialmente, representando um aumento de 9,1% com relação às Debêntures inicialmente ofertadas, sem considerar as Debêntures do Lote Adicional, as quais foram destinadas para atender o excesso de demanda constatado pelos Coordenadores da Oferta no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , mantidas as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.
Debêntures do Lote Adicional:	A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, a critério da Companhia com a concordância dos Coordenadores da Oferta, em até 8.000 debêntures, correspondentes a até 20% das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Oferta, observado o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações. A opção de Debêntures do Lote Adicional foi exercida integralmente, representando um aumento de 20% com relação às Debêntures inicialmente ofertadas, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar, mantidas as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.
Espécie:	As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, ou seja, não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantia dos debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.
Forma e Conversibilidade:	As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, simples, não-conversíveis em ações de emissão da nossa Companhia.
Prazo e Data de Vencimento:	As Debêntures terão prazo de vigência de quatro anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de fevereiro de 2014.
Preço de Subscrição:	O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , calculada <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização (“ <u>Preço de Subscrição</u> ”).

Forma de Integralização:	As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.
Prazo de Subscrição:	As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição.
Distribuição e Negociação:	As Debêntures da presente Oferta serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT e/ou do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA e/ou do BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.
Atualização:	O valor nominal das Debêntures não será atualizado.
Remuneração:	A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, definidos em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , equivalentes a 100% da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, calculada nos termos da Escritura da Emissão (“ <u>Taxa Máxima das Debêntures</u> ” e <u>Remuneração</u> ”, respectivamente).
Data de Pagamento da Remuneração:	A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento em 01 de agosto de 2010.
Certificado de Debêntures:	Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será expedido um extrato em nome do debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures depositadas no SND e pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures depositadas no BOVESPAFIX, que igualmente servirá como comprovante de titularidade das Debêntures.
Repactuação:	As Debêntures não serão objeto de repactuação.
Amortização:	O valor nominal das Debêntures será pago pela Emissora na Data de Vencimento, em duas parcelas anuais e sucessivas, a partir do final do 36º mês, inclusive, contado da Data de Emissão, na forma disposta no quadro abaixo:

<u>Data</u>	<u>Percentual de Amortização</u>
01.02.2013	50,0%
01.02.2014	50,0%

Resgate Antecipado Facultativo Total ou Parcial:

A Emissora terá a faculdade de, após o 18º mês, contado a partir da Data de Emissão, promover o resgate antecipado das Debêntures, total ou parcial, (“Oferta de Resgate Antecipado”) mediante (a) deliberação de seu Conselho de Administração; (b) publicação de aviso aos debenturistas a ser amplamente divulgado, com antecedência de, no mínimo, 30 dias da data do resgate, informando: (i) a data efetiva para o resgate antecipado e pagamento dos debenturistas; (ii) se o resgate será total ou parcial, e, neste caso, o procedimento para resgate parcial, conforme parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) o valor a ser pago aos debenturistas em decorrência do resgate antecipado.

O valor a ser pago aos debenturistas em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da (i) Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo resgate; e (ii) de prêmio de resgate de 0,75% sobre o volume das Debêntures resgatadas, calculado nos termos da Escritura de Emissão.

Aquisição Antecipada Facultativa:

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, nos termos do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

Vencimento Antecipado

As Debêntures estão sujeitas a determinados eventos de inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Características e Prazos da Oferta – Vencimento Antecipado” na página 29 deste Prospecto e “Fatores de Risco – Riscos Relativo às Debêntures – “*Nossas obrigações constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado*”, nas páginas 44 e 45 deste Prospecto.

Quorum de Deliberação em Assembleias Gerais de Debenturistas:

Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto abaixo e exceto nas hipóteses de *quorum* específico previstas na Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em AGD, deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação.

As deliberações da AGD relativamente a (i) alterações nas condições das Debêntures, incluindo, entre outras, Remuneração, espécie, prazo, Data de Vencimento, Amortização, resgate antecipado, vencimento antecipado, *quorums* e (ii) autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes da Escritura de Emissão, deverão obter aprovação de debenturistas representando pelo menos 95% das Debêntures em Circulação.

Local de Pagamento: Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados conforme o caso, (a) pela CETIP, para as Debêntures registradas para negociação no SND; ou (b) pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas para a negociação no BOVESPAFIX ou, (c) pelo Banco Mandatário e Escriturador, para as Debêntures não custodiadas no SND ou no BOVESPAFIX.

Público Alvo: A Oferta será destinada a Investidores Institucionais e Investidores Não-Institucionais.

Período de Reserva para Pessoas Vinculadas Aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas foi concedido o período entre 09 de fevereiro de 2010 a 11 de fevereiro de 2010 (inclusive) para realizarem seus Pedidos de Reserva.

Inadequação do Investimento: O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; (b) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado, e/ou (c) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento em Debêntures. Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco” nas páginas 44 e 45 deste Prospecto, em conjunto com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” constantes do Formulário de Referência da Companhia, cujo acesso está devidamente indicado na página 53 deste Prospecto.

Regime de Colocação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, pelos Coordenadores da Oferta. As Debêntures do Lote Adicional e as Debêntures do Lote Suplementar estão sujeitas ao regime de colocação de melhores esforços pelos Coordenadores da Oferta.

A garantia firme de colocação será outorgada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, correspondendo à obrigação de disponibilizar, o montante máximo total de R\$400.000.000,00 à Emissora, conforme abaixo indicado.

MONTANTE MÁXIMO EM GARANTIA FIRME DE	
COORDENADOR	COLOCAÇÃO, NA DATA DE EMISSÃO
Bradesco BBI	R\$200.000.000,00
BB-BI	R\$200.000.000,00
Total	R\$400.000.000,00

No caso de exercício de garantia firme pelos Coordenadores da Oferta, a subscrição será feita pelo respectivo Valor Nominal, acrescido da Remuneração até a Data de Subscrição.

Se as Debêntures objeto da garantia firme de colocação não tiverem sido totalmente colocadas em até três dias úteis contados da publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta deverão subscrever o eventual saldo remanescente, na proporção prevista

acima, em até cinco dias úteis contados da publicação do Anúncio de Início, respeitadas as condições do Contrato de Distribuição e, em especial, o prazo de validade da garantia firme prestada.

Imunidade Tributária:

Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Destinação dos Recursos:

Os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures, imediatamente após a liquidação financeira das Debêntures, serão destinados para (i) a aquisição de terrenos para a incorporação de novos empreendimentos, no percentual de 30,0% dos recursos captados, (ii) o financiamento da construção de imóveis, no percentual de 20,0% dos recursos captados e, (iii) o reforço do capital de giro, no percentual de 50,0% dos recursos captados.

Classificação de risco:

A Emissora contratou a Standard & Poor's para a elaboração de relatório de classificação de risco para esta Oferta. Em 29 de janeiro de 2010, a Standard & Poor's concedeu a classificação de risco 'brA+' para a Oferta. O relatório de classificação do risco encontra-se anexo a este Prospecto, na página 133.

Informações Adicionais:

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e/ou a Oferta poderão ser obtidas junto à Emissora, aos Coordenadores da Oferta, à CVM, à ANBIMA, à CETIP e à BM&FBOVESPA.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R\$1.917.433.653,45, dividido em 481.399.656 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	Ações	(%)
Rubens Menin Teixeira de Souza ⁽¹⁾	166.812.485	34,7%
Janus Capital Management LLC ⁽²⁾	27.249.164	5,7%
UNNO ⁽³⁾	11.053.641	2,3%
MAIO Participações Ltda. ⁽⁴⁾⁽⁷⁾	7.189.242	1,5%
MA Cabaleiro Participações Ltda. ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	6.039.239	1,3%
Outros colaboradores	2.998.607	0,6%
Conselheiros	1.145.872	0,2%
Diretoria.....	5.968.063	1,2%
Mercado	252.943.343	52,5%
Total.....	481.399.656	100,0%

(1) Rubens Menin Teixeira de Souza é nosso acionista controlador e também quotista da UNNO, com 0,8% do seu capital social. Assim, a participação direta e indireta de Rubens Menin Teixeira de Souza em nosso capital social é de 34,7%.

(2) Sociedade constituída e existente de acordo com as leis dos Estados Unidos. Sua participação em nossa Companhia se dá por meio de 10 fundos de investimento sob sua gestão, os quais são os nossos acionistas diretos. Cada um destes fundos possui um gerente de portfólio que os representa perante nossa Companhia, inclusive com relação ao exercício do direito de voto em nossas assembleias gerais. O exercício do direito de voto pelos gerentes de portfólio dos fundos é orientado por diretrizes gerais estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Voto da Janus Capital Management LLC, composto pelo Sr. Jesper Nergaard, Vice Presidente de Investimento, pelo Sr. Ernie Overholt, Vice Presidente de *Compliance* e pelo Sr. Brian Demain, Representante de Administração de Portfólio. A totalidade das quotas do Janus Capital Management LLC é detida pelo Janus Capital Group, Inc. O Janus Capital Management LLC não é direta ou indiretamente controlado por nenhuma pessoa natural, pois suas cotas são detidas indiretamente por uma diversidade de investidores.

(3) Sociedade controlada por Rubens Menin Teixeira de Souza, Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez e Lucas Cabaleiro Fernandez, os quais detêm 0,8%, 75,4% e, 23,8% de seu capital social, respectivamente.

(4) Sociedade controlada por Lucas Cabaleiro Fernandez, com 100% de seu capital social.

(5) Sociedade controlada por Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez, com 100,0% de seu capital social.

(6) Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez possui 1.143.919 ações de nossa emissão e é também acionista da UNNO, com 75,4% de seu capital social. Assim, a participação direta e indireta de Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez em nosso capital social é de 3,2%.

(7) Lucas Cabaleiro Fernandez possui 660.516 ações de nossa emissão e é também acionista da UNNO, com 23,8% de seu capital social. Assim, a participação direta e indireta de Lucas Cabaleiro Fernandez em nosso capital social é de 2,2%.

Características e Prazos da Oferta

Aprovação

A Oferta foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de janeiro de 2010, cuja ata foi arquivada na JUCEMG sob o nº 4284636, em sessão de 25 de janeiro de 2010, e publicada na edição de 16 de janeiro de 2010, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais “Jornal da Tarde” e “Hoje em Dia”, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações. A taxa de remuneração final das Debêntures foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2010, cuja ata foi arquivada na JUCEMG, no dia 04 de março de 2010, sob o nº 4304904 e foi publicada no “Diário Oficial do Estado de Minas Gerais” em 02 de março de 2010, nos jornais “Jornal da Tarde”, “Hoje em Dia” em 27 de fevereiro de 2010 e no “Valor Econômico” em 01 de março de 2010, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

A Oferta é regida pela Escritura de Emissão, conforme aditada. A taxa final utilizada para cálculo da remuneração das Debêntures, apurada por meio de Procedimento de *Bookbuilding*, foi ratificada por meio do segundo aditamento à Escritura da Emissão. A Escritura de Emissão, o primeiro aditamento e o segundo aditamento, foram registrados na JUCEMG em 25 de janeiro de 2010, em 10 de fevereiro de 2010 e em 05 de março de 2010, respectivamente, sob os números ED.000.073-1/000, ED.000.073-1/001 e ED.000.073-1/002.

Quantidade, Tipo, Conversibilidade, Espécie e Forma

Serão emitidas 51.640 Debêntures, tendo sido inicialmente ofertada a quantidade equivalente a 40.000 Debêntures, acrescida de 8.000 Debêntures, em função do exercício integral das Debêntures do Lote Adicional e de 3.640 Debêntures em função do exercício parcial das Debêntures do Lote Suplementar. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (sem garantia, ou seja, as

nenhum dos bens da Emissora em particular para garantia dos debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures).

Valor Total da Oferta

O valor total da presente Oferta é R\$516.400.000,00, sendo o valor total das Debêntures inicialmente ofertadas equivalente a R\$400.000.000,00 na Data de Emissão, acrescida de R\$80.000.000,00 em função do exercício integral das Debêntures do Lote Adicional e R\$36.400.000,00 em função do exercício parcial das Debêntures do Lote Suplementar.

Valor Nominal das Debêntures

O valor nominal das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$10.000,00 (“Valor Nominal”).

Preço de Subscrição, Forma de Integralização e Prazo de Subscrição

O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, definida no Procedimento de *Bookbuilding*, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição, mediante integralização à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

Prazo e Vencimento

O prazo das Debêntures será de quatro anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de fevereiro de 2014.

Atualização do Valor Nominal e Remuneração das Debêntures

Atualização

O valor nominal das Debêntures não será atualizado.

Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, definidos em Procedimento de *Bookbuilding*, equivalentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano (“Taxa Máxima das Debêntures”), calculada de acordo com a seguinte fórmula (“Taxa Máxima das Debêntures” e “Remuneração”):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com seis casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido da Taxa Máxima das Debêntures calculado com nove casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com oito casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DIk = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com duas casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com nove casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = Taxa Máxima das Debêntures, na forma percentual ao ano, informado com quatro casas decimais;

DP= É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão (1 + TDIk) é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com oito casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com nove casas decimais, com arredondamento.

Pagamento da Remuneração

A Remuneração será paga semestralmente, com o primeiro pagamento em 1º de agosto de 2010, até a Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures no dia útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

A taxa final utilizada para cálculo da remuneração das Debêntures, definida por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, foi ratificada por meio de aditamento à Escritura da Emissão.

Amortização

O valor nominal das Debêntures será pago pela Emissora em duas parcelas anuais e sucessivas a partir do final do 36º mês, inclusive, contado da Data de Emissão ("Amortização") na forma disposta no quadro abaixo.

Data	Percentual de Amortização
01.02.2013	50,0%
01.02.2014	50,0%

Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

Aquisição Antecipada Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, nos termos do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

As Debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser recolocadas pela Emissora.

As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos dispostos acima, se, e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração das demais Debêntures.

Resgate Antecipado

A Emissora terá a faculdade de, após o 18º mês, contado a partir da Data de Emissão, promover o resgate antecipado das Debêntures, total ou parcial ("Oferta de Resgate Antecipado") mediante (a) deliberação de seu Conselho de Administração; (b) publicação de aviso aos debenturistas a ser amplamente divulgado, com antecedência de, no mínimo, 30 dias da data do resgate, informando: (i) a data efetiva para o resgate antecipado e pagamento dos debenturistas; (ii) se o resgate será total ou parcial, e, neste caso, o procedimento para resgate parcial, conforme parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o valor a ser pago aos debenturistas em decorrência do resgate antecipado.

O valor a ser pago aos debenturistas em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da (i) Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo resgate; e (ii) de prêmio de resgate de 0,75% sobre o volume das Debêntures resgatadas, calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio de Resgate"):

$$P = d/D * 0,075 * \text{volume de resgate}$$

Onde: P = Prêmio de Resgate

d = quantidade de dias corridos entre a data do resgate e a Data de Vencimento

D = dias corridos após o 18º mês e a Data de Vencimento

Caso ocorra o resgate parcial das Debêntures, sua operacionalização deverá ser realizada (i) mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário e divulgado pela imprensa, inclusive no que concerne às regras do sorteio; (ii) para as Debêntures registradas no SND e/ou BOVESPAFIX, conforme procedimentos adotados pela CETIP e/ou BM&FBOVESPA, através de 'operação de compra e de venda definitiva', sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas pelo debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, ficando definido que, caso a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA venha(m) a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade, ou (iii) por meio do Banco Mandatário e Escriturador, no caso de o debenturista não estar vinculado à CETIP e ou à BM&FBOVESPA.

As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas, nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de um dia útil contado de seu vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de cinco dias úteis da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (iii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão ou no Contrato de Distribuição;
- (iv) pedido de recuperação judicial, independente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;
- (v) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou de qualquer de seus acionistas controladores;
- (vi) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, observados os prazos de cura aplicáveis, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) não cumprimento de qualquer decisão judicial final e irreversível ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$15,0 milhões, corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;

- (viii) redução de capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ix) inadimplemento ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, seja como parte ou como garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$15,0 milhões, corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
- (x) se as obrigações de pagar da Emissora previstas na Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (xi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para este fim;
- (xii) (1) incorporação, fusão ou cisão, da Emissora por quaisquer terceiros, e/ou (2) realização pela Emissora de qualquer reorganização societária, sem a prévia aprovação dos debenturistas, reunidos em AGD especialmente convocada com esse fim, conforme *quorum* estabelecido na Cláusula 8.4.1 da Escritura de Emissão, exceto se a incorporação, fusão ou cisão (a) atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ou (b) tiver por objetivo segregar as atividades da MRV Logística e Participações S.A., ou sua sucessora. As hipóteses previstas nos itens (1) e (2) acima não se aplicam: (x) às reorganizações societárias das quais participem exclusivamente a Emissora e suas subsidiárias, observado que tais operações societárias não poderão resultar em uma diminuição patrimonial da Emissora em mais de 5% de seu patrimônio líquido consolidado ou em sua extinção; e (y) incorporações totais ou de parcela cindida de sociedades em que a Emissora possua participação minoritária, desde que tais reorganizações societárias não resultem em perspectiva negativa ou de rebaixamento do *rating* da Oferta;
- (xiii) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, reunidos em AGD especialmente convocada com esse fim;
- (xiv) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$15,0 milhões, corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 dias úteis contados da data do respectivo protesto;
- (xv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; e
- (xvi) não-manutenção dos seguintes índices financeiros apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes da Emissora, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora auditados ou revisados pelos mesmos, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com base nos últimos 12 meses contados da data-base da apuração dos índices financeiros (“Índices Financeiros”). Os Índices Financeiros submetidos a procedimentos pré-acordados pelos auditores independentes, deverão ser disponibilizados ao Agente

Fiduciário em até cinco dias úteis após as datas previstas na Instrução CVM 480, para a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais – ITR ou, em até cinco dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais – ITR, o que ocorrer primeiro, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e da declaração do Diretor Vice-Presidente Executivo, Financeiro e de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes na Escritura da Emissão, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. A não manutenção pela Emissora de qualquer dos Índices Financeiros apenas em um dado trimestre não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, desde que ocorra o reenquadramento nos três trimestres imediatamente seguintes; caso seja apurado novo desenquadramento neste período subsequente no mesmo índice financeiro ou em outro índice qualquer, tal desenquadramento acarretará o vencimento antecipado automático, independente de em um dos índices ter ocorrido o primeiro desenquadramento:

$$(a) \quad \left(\frac{\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar}}{\text{Patrimônio Líquido}} \right) < 0,65$$

$$(b) \quad \left(\frac{\text{Recebíveis} + \text{Receita a Apropriar} + \text{Estoques}}{\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar} + \text{Custo a Apropriar}} \right) > 1,6 \text{ ou } < 0$$

onde:

Dívida Líquida corresponde ao endividamento bancário de curto e longo prazo total, menos os financiamentos tomados no âmbito do SFH ou os financiamentos obtidos junto ao Fundo de Investimento Imobiliário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FII-FGTS) e menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras.

Patrimônio Líquido corresponde ao patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial da Emissora, excluídos os valores da conta ‘reservas de reavaliação’, se houver.

Imóveis a Pagar corresponde ao somatório das contas a pagar por aquisição de imóveis apresentado na conta “Contas a Pagar por Aquisição de Terrenos” no passivo circulante e no passivo não-circulante, excluída a parcela de terrenos adquirida por meio de permuta.

Recebíveis corresponde à soma dos valores a receber de clientes de curto e longo prazo da Emissora, refletidos nas demonstrações financeiras.

Receita a Apropriar corresponde ao saldo apresentado nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativo às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não-concluídos, não refletidas no balanço patrimonial da Emissora em função das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Estoques corresponde ao valor apresentado na conta ‘estoques’ do balanço patrimonial da Emissora.

Custo a Apropriar corresponde aos custos a incorrer relativos às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não concluídos.

A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (i), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (ix), (x), (xi) e (xii) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos debenturistas.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (ii), (vii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) acima o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de dois dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação e o *quorum* específico para as deliberações estabelecido na Cláusula 5.1.5 da Escritura de Emissão.

Local de Pagamento e Prorrogação

Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados, conforme o caso (a) pela CETIP, para as Debêntures registradas para negociação no SND; ou (b) pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas para a negociação no BOVESPAFIX ou, (c) pelo Banco Mandatário e Escriturador, para as Debêntures não custodiadas no SND ou no BOVESPAFIX.

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade em que for indicada pelo Banco Mandatário e Escriturador, nos termos do item (c) acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados, conforme o caso, através da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

Registro para Distribuição e Negociação nos Mercados Primário e Secundário

As Debêntures da presente Oferta serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT e/ou do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA e/ou do BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

Assembleia Geral de Debenturistas

Convocação

Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias Gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, oito dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação. Independentemente das formalidades previstas na Lei e na Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

As deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

Quorum de Instalação de Assembleia de Debenturistas

A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

Mesa Diretora da Assembleia de Debenturistas

A presidência da AGD caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em AGD, deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, com exceção das (a) deliberações da AGD relativamente a (i) alterações nas condições das Debêntures, incluindo, entre outras, Remuneração, espécie, prazo, Data de Vencimento, Amortização, resgate antecipado, vencimento antecipado, *quoruns*, (ii) autorizações ou permissões (*waivers*) com relação às obrigações da Emissora decorrentes da Escritura de Emissão, deverão obter aprovação de debenturistas representando pelo menos 95% das Debêntures em Circulação e (b) hipóteses de *quorum* específico previstas na Escritura de Emissão.

Indisponibilidade, Impossibilidade de Aplicação ou extinção da Taxa DI

No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência da apuração da Taxa DI por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da Escritura de Emissão) a AGD, no prazo máximo de quatro dias úteis após o término do prazo acima referido de 10 dias consecutivos, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e debenturistas representando, no mínimo, 75% do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 30 dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração respectiva das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso.

Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Não Comparecimento dos Debenturistas

O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, neste Prospecto ou em comunicado publicado pela Emissora, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Imunidade Tributária

Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas serão publicados nos jornais “Jornal da Tarde” e “Hoje em Dia”, podendo adicionalmente, a critério da Emissora, ser publicados, ainda, em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

Classificação de Risco

A Emissora contratou a agência de classificação de risco *Standard & Poor's* para avaliar as Debêntures, sendo que as mesmas receberam a classificação ‘brA+’. Para maiores informações, ver a súmula de classificação de risco anexa a este Prospecto. Submeteremos anualmente a Oferta à revisão e avaliação pela agência de classificação de risco, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, bem como divulgaremos ou permitiremos que a agência de classificação de risco divulgue seu relatório com a respectiva súmula de classificação de risco das Debêntures.

Cronograma das Etapas da Oferta

Ordem dos Eventos	Evento	Data Prevista ⁽¹⁾
1	Reunião do Conselho de Administração que aprovou a Oferta	14.01.2010
2	Protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBIMA	19.01.2010
3	Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBIMA	20.01.2010
4	Prazo para atendimento de exigências apresentadas pela ANBIMA	29.01.2010
5	Publicação do Aviso ao Mercado	02.02.2010
6	Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	02.02.2010
7	Início das apresentações para potenciais investidores	02.02.2010
8	Encaminhamento do pedido de registro da Oferta à CVM	08.02.2010
9	Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	09.02.2010
10	Prazo Final para Recebimento de Pedido de Reserva de Pessoas Vinculadas ou ou revogação do Pedido de Reserva de Pessoas Vinculadas	11.02.2010
11	Encerramento das apresentações para potenciais investidores e prazo final de revogação de Pedido de Reserva	25.02.2010
12	Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e Reunião do Conselho de Administração que aprovou a taxa de remuneração final das debêntures.	26.02.2010
13	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	08.03.2010
14	Publicação do Anúncio de Início e Disponibilização do Prospecto Definitivo ao público investidor	09.03.2010
15	Liquidação da Oferta	10.03.2010
16	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	15.03.2010

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, prorrogação ou suspensão, a serem comunicados nos jornais "Hoje em Dia", "Jornal da Tarde" e "Valor Econômico".

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso nos jornais "Jornal da Tarde", "Hoje em Dia" e "Valor Econômico", e na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.mrv.com.br).

Para informações sobre prazos para "Suspensão ou Cancelamento da Oferta pela CVM" e "Alterações das Circunstâncias, Modificação ou Revogação da Oferta", vide páginas 36 e 37 deste Prospecto.

Identificação do Público Investidor Alvo e Inadequação de Investimento

A Oferta será destinada a Investidores Institucionais e a Investidores Não-Institucionais.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; (b) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou (c) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento em Debêntures.

Suspensão e Cancelamento da Oferta pela CVM

A Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, (i) se estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da distribuição pública; ou (ii) se for

considerada ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A Oferta deverá ser suspensa quando a CVM verificar ilegalidade ou violação de regulamentos sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo esse prazo de 30 dias sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro.

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta.

A eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, bem como quaisquer outras informações ou avisos a ela relativos serão divulgados ao mercado e aos investidores que tenham aceitado a oferta imediatamente após a sua ocorrência, nos mesmos jornais de grande circulação habitualmente por nós utilizados.

É facultado aos investidores, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º dia útil posterior ao recebimento da comunicação da suspensão.

Todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado sua aceitação, na hipótese de suspensão, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Debêntures, os quais serão creditados na conta dos investidores, no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da comunicação da revogação aos investidores ou do recebimento da comunicação de revogação do investidor, no caso de suspensão.

Não haverá dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza, dos valores dados em contrapartida às debêntures pelos investidores na hipótese de revogação de sua aceitação, nos termos aqui previstos.

Alteração das Circunstâncias, Modificação ou Revogação da Oferta

A Emissora, em decisão conjunta com os Coordenadores, poderá solicitar modificação ou revogação da Oferta perante a CVM na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Definitivo e do Prospecto Preliminar que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento, (b) a Oferta seja suspensa ou cancelada nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM nº 400, e/ou (c) a Oferta seja modificada ou revogada nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM nº 400, o investidor poderá desistir do Pedido de Reserva. Nas hipóteses mencionadas acima, o investidor que já tenha aceitado a Oferta, deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva aos Coordenadores até às 16:00 horas (i) do dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) do 5º (quinto) dia útil em que for divulgado ao investidor a suspensão ou a modificação da Oferta, com indicação de data e procedimento para a restituição do valor dado em contrapartida às Debêntures, ao menos pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado, no caso das alíneas (b) e (c) acima.

Caso o investidor não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos prazos mencionados acima, deverá efetuar o pagamento.

Terão direito à restituição integral, sem adição de tributos, juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de dois dias úteis de sua manifestação, em conformidade com os termos do Contrato de Distribuição, da Escritura de Emissão e dos Prospectos: (i) todos os Investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento ou revogação; e (ii) os Investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de suspensão da Oferta.

No caso de eventual modificação da Oferta, os Coordenadores da Oferta deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Não haverá dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza, dos valores dados em contrapartida às debêntures pelos investidores na hipótese de revogação de sua aceitação, nos termos aqui previstos.

Alterações nos Termos e Condições da Oferta (*Market Flex*)

Até a data da concessão do registro da Oferta pela CVM para a distribuição pública das Debêntures, qualquer dos Coordenadores da Oferta poderá, a seu exclusivo critério, propor à Emissora a modificação de quaisquer termos, condições, estrutura, prazos, taxas de juros, Remuneração ou demais características das Debêntures, caso entendam que tais alterações sejam necessárias para refletir as condições de mercado daquele momento e garantir o sucesso da colocação das Debêntures perante os investidores.

Limite Legal

A Oferta atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (i) o capital social da Emissora nesta data é de R\$1.917.433.653,45 e (ii) o saldo devedor do principal das Debêntures de todas as emissões da Companhia em circulação, adicionadas ao valor da oferta, incluindo as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures do Lote Adicional, é de R\$916.400.000,00.

Contrato de Distribuição

Nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM 400, foi celebrado o Contrato de Distribuição, por meio do qual a Emissora contratou os Coordenadores da Oferta para serem responsáveis pela colocação das Debêntures junto ao público investidor. O Contrato de Distribuição encontra-se disponível para consulta ou cópia na sede da Emissora ou do Coordenador Líder, nos endereços indicados na seção “Informações de Administradores, Consultores e Auditores” na página 12 deste Prospecto. De acordo com o Contrato de Distribuição, a Oferta será realizada conforme as condições descritas a seguir.

Forma e Procedimento de Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme de colocação com intermediação dos Coordenadores da Oferta, até o dia 30 de abril de 2010, por meio do SDT, operacionalizado e administrado pela CETIP, e do DDA, administrado pela BM&FBOVESPA, mediante observância do plano de distribuição descrito abaixo.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmados contratos de estabilização de preço e/ou de garantia de liquidez para as Debêntures.

Foi admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Prospecto Preliminar, para a subscrição das Debêntures, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do período de distribuição.

Plano de Distribuição das Debêntures

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores da Oferta; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores da Oferta recebam previamente o exemplar dos Prospectos, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores da Oferta. O plano de distribuição é fixado pelos Coordenadores da Oferta, em conjunto com a Emissora, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta e da Emissora.

Até 10% das Debêntures inicialmente ofertadas (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures do Lote Adicional), seria destinado à colocação pública perante Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo. As Debêntures destinadas aos Investidores Não Institucionais que não tiverem

sido alocadas foram destinadas aos Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional. Não houve pedidos de reserva por Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo.

Foram admitidos Pedidos de Reserva antecipados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta de Varejo, observados os termos e condições abaixo:

- (i) aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas foi dada a oportunidade de efetuarem Pedido de Reserva, sem a necessidade de depósito prévio do investimento pretendido no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas; e
- (ii) os Pedidos de Reserva de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas eventualmente efetuados fora do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, somente seriam admitidos na hipótese de não ocorrência de excesso de demanda da Oferta superior a um terço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

O prazo final para recebimento de pedidos de reserva por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas antecedeu 7 (sete) dias úteis ao encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas estavam sujeitos às mesmas regras aplicáveis aos demais Investidores Não-Institucionais.

Seria aceita a participação de investidores Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, na hipótese de não haver excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures inicialmente ofertadas. Havendo excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures inicialmente ofertadas, as ordens feitas por Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* seriam canceladas. Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 30,98% das Debêntures ofertadas, uma vez que não houve excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures inicialmente ofertadas.

Tendo em vista que não houve excesso de demanda superior a um terço à quantidade das Debêntures inicialmente ofertada, os potenciais investidores nas Debêntures devem estar cientes de que a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode causar risco de liquidez das Debêntures no mercado secundário. Adicionalmente, tendo em vista que não houve excesso de demanda superior a um terço à quantidade das Debêntures inicialmente ofertada, os potenciais investidores nas Debêntures também devem estar cientes de que a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter causado o risco de má formação da taxa final de remuneração das Debêntures definida em Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures e na definição da taxa de remuneração final das Debêntures.”, na página 45 deste Prospecto.

Regime de Colocação

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta realizarão a distribuição pública da totalidade das Debêntures sob o regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária, respondendo cada qual exclusivamente pela parcela indicada abaixo. As Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures do Lote Adicional serão colocadas pelos Coordenadores da Oferta sob o regime de melhores esforços.

A garantia firme de colocação será outorgada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, correspondendo à obrigação de disponibilizar, o montante máximo total de R\$400.000.000,00 à Emissora, conforme abaixo indicado.

COORDENADOR	MONTANTE MÁXIMO EM GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, NA DATA DE EMISSÃO
Bradesco BBI	R\$200.000.000,00
BB-BI	R\$200.000.000,00
Total	R\$400.000.000,00

No caso de exercício de garantia firme pelos Coordenadores da Oferta, a subscrição será feita pelo respectivo Valor Nominal, acrescido da Remuneração até a Data de Subscrição.

Se as Debêntures objeto da garantia firme de colocação não tiverem sido totalmente colocadas em até três dias úteis contados da publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta deverão subscrever o eventual saldo remanescente, na proporção prevista acima, em até cinco dias úteis contados da publicação do Anúncio de Início, respeitadas as condições do Contrato de Distribuição, em especial, o prazo de validade da garantia firme prestada.

A liquidação das Debêntures do Lote Suplementar será realizada em até três dias úteis contados da publicação do Anúncio de Início.

Os Coordenadores da Oferta poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures subscritas em virtude do exercício da garantia firme de colocação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração entre a Data de Emissão e a data de revenda. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores da Oferta, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Custos de Distribuição

Segue, abaixo, a descrição dos custos estimados da Oferta, considerando o exercício da opção das Debêntures do Lote Suplementar e das Debêntures do Lote Adicional.

Custos	Montante (em R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
Comissão de Estruturação e Coordenação ⁽¹⁾	774.600	0,15%
Comissão de Distribuição ⁽¹⁾	1.032.800	0,20%
Comissão de Garantia Firme	600.000	0,12%
Comissão Discrecionária de Incentivo à Colocação	-	-
Comissão de Sucesso	-	-
Despesas com Publicidade	100.000,00	0,02%
Agência de Classificação de Risco	60.000,00	0,01%
Taxa para registro na CVM	82.870,00	0,02%
Taxa ANBIMA	20.000,00	0,004%
Assessores Legais	296.000,00	0,06%
Auditores Externos	140.000,00	0,03%
Outros Custos ⁽²⁾	30.000,00	0,01%
Total dos Custos	3.136.270,00	0,61%
Montante Líquido para a Companhia	513.263.730,00	99,39%

⁽¹⁾ Calculada sobre o Preço de Subscrição das Debêntures efetivamente colocadas.

⁽²⁾ Inclui despesas com taxa de registro da escritura, Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Escriturador, apresentação e reuniões de *roadshow*, e outros custos por nós arcados.

Custo Unitário de Distribuição

Nº de Debêntures	Custo do Lançamento (R\$)	Custo por Debênture (R\$)	% Em Relação ao Preço Unitário de Distribuição
51.640	3.136.270,00	60,73	0,61

Inadimplemento da Emissora – Adiantamento de Despesas pelos Debenturistas

No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a trinta dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

Informações Adicionais

O Prospecto estará disponível nos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores: (i) **Companhia**, com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 2.720, na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais (<http://ri.mrv.com.br/ri/pdf/pt/PDP2010DEB.pdf>), (ii) **Banco Bradesco BBI S.A.**, situado na Avenida Paulista, nº 1450, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (http://www.shopinvest.com.br/SI_opa/frm_conteudo.aspx?id_opa=329), (iii) **BB - Banco de Investimento S.A.**, situado na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro (http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/dimec/opa/dwn/mrv_prospecto.pdf), (iv) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *site*, no menu à esquerda acessar "Participantes do Mercado" e acessar o item "Companhias Abertas"; neste item acessar "Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição"; neste item digitar "MRV" no quadro em branco e acessar "Continuar"; neste item acessar "MRV Engenharia e Participações S.A.", e neste item acessar "Download" ao lado de "Prospecto de Distribuição Pública" com a data mais recente), (v) **ANBIMA**, situada na Avenida das Nações Unidas, 8.501, 21º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou na Rua 7 de Setembro, 111, sala 2.102, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (<http://cop.anbid.com.br/webpublic/OfferList.aspx> - neste *site*, no campo "Emissor/Ofertante", digitar "MRV" e clicar em "pesquisar"; neste item, selecionar a oferta pública "Debêntures"; neste item, clicar no *link* para o Prospecto na seção "Documentação"); (vi) **CETIP**, situada na Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.cetip.com.br, neste *site*, na seção "Ativos", selecionar "Debêntures" em Títulos Privados de Renda Fixa; neste item, selecionar "Prospectos" no menu à direita; neste item, acessar o Prospecto Definitivo no *link* ao lado do nome "MRV Engenharia e Participações S.A.") e (vii) **BM&FBOVESPA**, na Rua XV de Novembro, nº 275 e na Praça Antonio Prado, nº 48, ambos, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.bmfbovespa.com.br - neste *site*, acessar "Empresas Listadas", buscar por "MRV", clicar em "MRV Engenharia e Participações S.A.", clicar na aba "Informações Relevantes", selecionar "Prospecto de Distribuição Pública", clicar em "Prospecto Definitivo").

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Em 27 de janeiro de 2010, a Companhia e seu conglomerado econômico mantinha as seguintes operações de crédito com o Bradesco, tendo as respectivas características:

Prestação de garantias por meio de 13 Cartas de Fianças Bancárias no montante de R\$30,0 milhões. Na tabela abaixo se encontram as características dos contratos celebrados:

Número do Contrato	Valor do Contrato (R\$ mil)	Comissão	Vencimento
2.027.016-0 ⁽¹⁾	92,6	0,6% aa	22.12.2009
2.027.584-7	2.350	0,6% aa	11.11.2011
2.030.676-9 ⁽²⁾	75	0,8% aa	02.06.2009
2.031.177-0	450	0,6% aa	30.09.2011
2.032.940-8 ⁽³⁾	251	0,65% aa	30.11.2009
2.034.820-8	1.170	0,8% aa	31.03.2010
2.036.280-4	7.260	1,3% aa	30.05.2012
2.036.586-2	6.270	1,3% aa	30.05.2013
2.038.228-7	824,4	2% aa	09.11.2010
2.038.590-1	4.475	2% aa	30.03.2011
2.040.961-4	2.300	1,75% aa	16.02.2010
2.042.058-8	2.724	1,45% aa	01.03.2012
2.042.414-1	1.800	1,45% aa	30.11.2010

1 - encontra-se vencida aguardando entrega da Carta Fiança original.

2- encontra-se vencida aguardando entrega da Carta Fiança original.

3 - encontra-se vencida aguardando entrega da Carta Fiança original.

Celebração de 12 operações de Arrendamento Mercantil na modalidade Leasing financeiro totalizando um saldo devedor de R\$1,4 milhão. Na tabela abaixo se encontram as características dos contratos celebrados:

Número do Contrato	Valor do Contrato(R\$ mil)	Comissão	Vencimento
175.309-6	585,5	CDI+1,29% aa	09.05.2012
175.518-8	592,41	CDI+1,29 % aa	21.05.2012
175.994-9	27,4	CDI+6,63% aa	27.11.2010
175.995-7	14,9	CDI+6,63% aa	27.11.2010
175.996-5	29,1	CDI+6,63% aa	27.11.2010
175.997-3	13,7	CDI+6,63% aa	27.11.2010
175.998-1	13,7	CDI+6,63% aa	27.11.2010
1.125.498-P	12,2	1,32% am	08.09.2010
1.125.726-1	17,8	1,32% am	08.09.2010
1.129.653-4	17,7	1,32% am	17.09.2010
1.133.073-2	16,6	1,32% am	25.09.2010
1.140.635-6	15,3	1,68% am	27.10.2010

Celebração de uma operação de Capital de Giro – na modalidade CCB, originalmente contratada pelo valor de R\$14.005 mil e com saldo devedor atual de R\$5.076 mil, contrato nº 2.783.496, taxa contratada de CDI+5% aa, com vencimento em 29 de dezembro de 2010.

O Bradesco presta serviços de cobrança de títulos para a Companhia, com um volume atual de R\$732,9 mil com 691 títulos registrados. Além disso, é prestador de serviço de escrituração de ações e debêntures da Companhia. Por fim, detemos a apólice de seguro de aeronaves com prêmio anual de R\$37.000, contratada com a Bradesco Seguros.

Adicionalmente, o Coordenador Líder atuou como coordenador na 1ª emissão de debêntures da nossa Companhia, realizada no âmbito do Programa de Distribuição Pública de Debêntures de nossa emissão, arquivado na CVM sob o nº CVM/SRE/PRO/2008/006, em 25 de julho de 2008, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM 400. A Bradesplan Participações Ltda., empresa do conglomerado econômico do Coordenador Líder, é atual debenturista desta emissão, com montante de R\$ 100,1 milhões.

Além do relacionamento descrito acima, não mantemos, com o Coordenador Líder e/ou com sociedades de seu conglomerado econômico, qualquer outro relacionamento comercial relevante, sendo que, no futuro, podemos vir a contratar com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico operações financeiras e bancárias necessárias à condução das nossas atividades.

Não houve por parte do Coordenador Líder, ou empresas pertencentes ao seu conglomerado econômico, negociações com ações da Companhia em percentual superior a 5% nos últimos 12 meses.

Não há conflitos de interesses envolvendo a Companhia, o Coordenador Líder e sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos.

Relacionamento entre a Companhia e o BB-BI

Além da contratação do BB-BI como instituição intermediária da presente Oferta, mantemos relacionamento comercial com o Banco do Brasil S.A., acionista controlador do BB-BI, no qual possuímos conta corrente.

Com exceção do relacionamento descrito acima, não mantemos, com o BB-BI e/ou com sociedades de seu conglomerado econômico, qualquer outro relacionamento comercial relevante, sendo que, no futuro, podemos vir a contratar com o BB-BI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico operações financeiras e bancárias necessárias à condução das nossas atividades.

Não houve por parte do BB-BI, ou empresas pertencentes ao seu conglomerado econômico, negociações com ações da Companhia em percentual superior a 5% nos últimos 12 meses.

Não há conflitos de interesses envolvendo a Companhia, o BB-BI e sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos receber pelas Debêntures recursos líquidos no montante de aproximadamente R\$513,3 milhões provenientes da emissão de 51.640 debêntures, considerando o exercício da opção das Debêntures do Lote Suplementar e das Debêntures do Lote Adicional, após a dedução das comissões devidas aos Coordenadores da Oferta e das despesas estimadas relativas à Oferta.

Os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures, imediatamente após a liquidação financeira das Debêntures, serão destinados para (i) a aquisição de terrenos para a incorporação de novos empreendimentos, no percentual de 30,0% dos recursos captados, (ii) o financiamento da construção de imóveis, no percentual de 20,0% dos recursos captados e, (iii) o reforço do capital de giro, no percentual de 50,0% dos recursos captados.

FATORES DE RISCO

O investimento nas Debêntures ofertadas envolve alto grau de risco. Os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomarem uma decisão de investimento nas Debêntures. Nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também prejudicar nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais de maneira significativa.

Informações sobre os Fatores de Risco relativos ao Brasil, ao setor imobiliário e à nossa Companhia encontram-se no Formulário de Referência, exigido pela Instrução CVM 480. Vide seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Companhia, cujo acesso está indicado na página 53 deste Prospecto.

Riscos Relativos às Debêntures

Nossas obrigações constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses de vencimento antecipado (automático ou não) de nossas obrigações. Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, todas as nossas obrigações objeto da Escritura de Emissão deverão ser declaradas antecipadamente vencidas e deverá ocorrer o imediato pagamento, por nós, do Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, acrescido do rendimento calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data de pagamento das Debêntures declaradas vencidas. Não há garantias de que disporemos de recursos suficientes em caixa para, no caso de vencimento antecipado das Debêntures, fazer face ao respectivo pagamento, hipótese em que poderemos sofrer um impacto negativo relevante em nossos resultados e operações. Para maiores informações, *vide* seção “Informações Relativas à Oferta – Vencimento Antecipado”, na página 29 deste Prospecto.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures emitidas no âmbito desta Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à nossa Companhia são levados em consideração, tais como nossa condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características da Oferta e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas por nós e os fatores político-econômicos que podem afetar nossa condição financeira.

Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às nossas condições de honrar nossos compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. A classificação de risco atribuída a esta Oferta baseia-se na condição e nas informações quando da respectiva Oferta. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Um eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente seu preço e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento da classificação de risco da Oferta pode obrigar esses investidores a alienar suas

Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação neste mercado.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures poderá dificultar a venda das Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta historicamente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita aos seus subscritores sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures podem ter dificuldade em realizar a venda desses títulos, caso assim decidam, no mercado secundário.

Validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP caso se faça necessária a cobrança judicial das Debêntures.

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI, divulgada pela CETIP. Referida Súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário. No entanto, caso o Poder Judiciário considere inválida a utilização da Taxa DI como fator de remuneração das Debêntures, o índice que vier a ser indicado para substituir a Taxa DI poderá conceder aos titulares das Debêntures uma remuneração inferior à remuneração inicialmente estabelecida para as Debêntures.

A Espécie das Debêntures é Quirografária.

As Debêntures são quirografárias não contando com nenhuma garantia ou preferência. Em caso de liquidação da nossa Companhia, os créditos das Debêntures serão realizados apenas sobre os créditos dos acionistas, após o pagamento de todos os nossos demais credores.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI, hipótese em que a totalidade das Debêntures será cancelada antecipadamente, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração. Os adquirentes das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures em decorrência de tal resgate, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures e na definição da taxa de remuneração final das Debêntures.

Uma vez que não houve excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 30,98% das Debêntures objeto da Oferta, o que pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Adicionalmente, a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, pode ter tido um impacto adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures apurada no Procedimento de *Bookbuilding*.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Além do relacionamento referente à Oferta, os Coordenadores da Oferta mantêm o relacionamento com a nossa Companhia, detalhado na seção “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta” na página 41 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações sobre a Oferta - Custos de Distribuição” na página 39 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, aos Coordenadores da Oferta ou sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Os nossos administradores, com base em análise de nossos indicadores de desempenho e de nossa geração operacional de caixa, entendem que possuímos plenas condições para honrar nossas obrigações de curto e médio prazo, incluindo as Debêntures. Pretendemos pagar o montante principal da nossa dívida de curto e longo prazo descrito na seção “Capitalização” na página 48 deste Prospecto, inclusive as Debêntures, e os respectivos juros, com recursos provenientes da nossa geração operacional de caixa.

Os fluxos de caixa das nossas atividades operacionais de investimento e de financiamento nos anos de 2006, 2007 e de 2008, bem como em 30 de setembro de 2009, estão descritos na tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de			Em 30 de setembro de
	2006 ⁽¹⁾	2007	2008	2009
	Combinado	Consolidado		
(R\$ mil)				
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(57.688)	(552.602)	(789.760)	(176.174)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.985)	(30.726)	(101.356)	(20.927)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	60.556	1.178.152	435.908	814.759
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa.....	883	594.824	(455.208)	617.658

⁽¹⁾ As informações financeiras combinadas e consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstração dos resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações sobre (i) o nosso endividamento total, composto pelos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, debêntures de curto e longo prazo, obrigações com empresas ligadas de curto prazo, participação de acionistas não controladores e patrimônio líquido em 30 de setembro de 2009, e (ii) o nosso endividamento ajustado para refletir os recursos recebidos com a presente Oferta.

Em 30 de setembro de 2009		
(Em R\$ mil)		
	<i>Efetivo</i>	<i>Ajustado</i>
Endividamento total	750.132	1.263.396
Empréstimos e financiamentos – curto prazo.....	198.023	198.023
Empréstimos e financiamentos – longo prazo.....	144.779	144.779
Debêntures – curto prazo.....	48.261	48.261
Debêntures – longo prazo.....	359.069	872.333
Obrigações com empresas ligadas – curto prazo.....	-	-
Participação de acionistas não controladores	102.422	102.422
Patrimônio líquido.....	2.352.600	2.352.600
Capital social.....	1.891.971	1.891.971
Reservas de capital.....	36.287	36.287
Reservas de lucro.....	198.802	198.802
Ajuste de avaliação patrimonial.....	12	12
Lucros acumulados.....	225.528	225.528
Capitalização total⁽¹⁾	3.205.154	3.718.418

⁽¹⁾ Capitalização total corresponde à soma do endividamento total, participação de acionistas não controladores e do patrimônio líquido.

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, cujos acessos encontram-se indicados nas páginas 143, 147 e 151 deste Prospecto.

III. Anexos

• Formulário de Referência.....	51
• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de janeiro de 2010 que Deliberou sobre a Oferta	55
• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de fevereiro de 2010, que aprovou a taxa de remuneração final das Debêntures	59
• Estatuto Social	63
• Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.....	67
• Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A	101
• Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A	111
• Declaração da Companhia (artigo 56 da Instrução CVM 400).....	123
• Declaração do Coordenador Líder (artigo 56 da Instrução CVM 400).....	127
• Súmula da Agência de Rating Standard & Poor's.....	133

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Formulário de Referência

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Informações detalhadas sobre a nossa Companhia, nossos resultados, negócios e operações, nos termos solicitados pelo Anexo III da Instrução CVM 400, itens 4 a 7, poderão ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, que se encontra disponível para consulta nos seguintes *websites*:

- <http://ri.mrv.com.br/ri/pdf/pt/REF2010.pdf>;
- www.cvm.gov.br (*neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações”, buscar por “MRV” e selecionar “Formulário de Referência – Em arquivo”*);
- www.bmfbovespa.com.br (*neste website, acessar “Empresas Listadas”, buscar por “MRV”, clicar em “MRV Engenharia e Participações S.A.”, clicar na aba “Informações Relevantes” e selecionar “Formulário de Referência – Em arquivo”*).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que Deliberou sobre a Oferta, realizada em 14 de janeiro de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 08.343.492/0001-20
NIRE 31.300.023.907

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE JANEIRO DE 2010

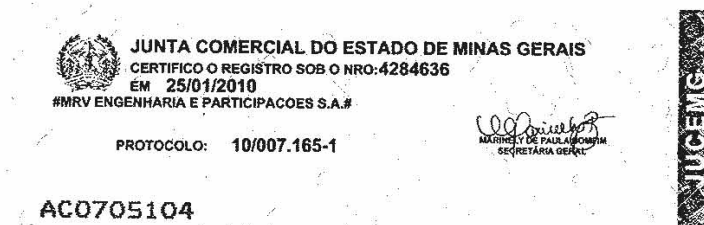
A Reunião do Conselho de Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), instalada com a presença de todos os seus membros, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. Rubens Menin Teixeira de Souza e secretariada pela Sra. Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia, realizou-se às 9:00 horas do dia 14 de janeiro de 2010, na sede social da Companhia, na Avenida Raja Gabaglia 2.720 (exceto lado direito do 1º andar e sala 21), Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Em conformidade com a Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos dos Conselheiros presentes: (a) aprovar, de acordo com o Artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), a realização pela Companhia da terceira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), com as seguintes características principais: (i) quantidade e valor nominal: 40.000 (quarenta mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("**Valor Nominal**"); (ii) espécie: quirografária; (iii) convertibilidade: simples, não-conversíveis em ações da Companhia; (iv) forma: nominativas e escriturais; (v) data de emissão: 1º de fevereiro de 2010 ("**Data de Emissão**"); (vi) valor total: R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); (vii) número de séries: série única; (viii) opções de lote adicional e lote suplementar: haverá a opção para distribuição de (a) lote suplementar de debêntures de até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Debêntures do Lote Suplementar**", respectivamente) e (b) lote adicional de Debêntures de até 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("**Debêntures do Lote Adicional**"), sem prejuízo do disposto no item (a); (ix) amortização: 2 (duas) parcelas iguais, anuais e sucessivas a partir do final do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão; (x) prazo de vencimento: 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de fevereiro de 2014 ("**Data de Vencimento**"); (xi) remuneração: o Valor Nominal das debêntures não será atualizado e a remuneração corresponderá a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI *over extra grupo* - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("**CETIP**"), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("**Taxa DI**"), acrescida de uma sobretaxa máxima de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano ("**Taxa Máxima das Debêntures**" e "**Remuneração**"), sendo que a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento. Observada a Taxa Máxima das Debêntures, a taxa final aplicável para cálculo da Remuneração das Debêntures será definida com base no resultado final do procedimento de coleta de intenções de investimentos, a ser conduzido pelos coordenadores da Emissão, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de Bookbuilding**"); (xii) forma de integralização: moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, por meio dos procedimentos da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; (xiii) resgate antecipado facultativo total ou parcial: faculdade de resgate antecipado das Debêntures, total ou parcial, pela Companhia, após o 18º (décimo oitavo) mês, contado a partir da Data de Emissão, mediante o pagamento de prêmio de resgate de 0,75% sobre o volume das Debêntures resgatadas, nos termos e condições a serem definidos no "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A." ("**Escritura da Emissão**"); (xiv) vencimento antecipado e obrigações: hipóteses de vencimento antecipado e obrigações adicionais comuns a este tipo de operação; (xv) destinação dos recursos: aquisição de terrenos para a incorporação de novos empreendimentos, financiamento da construção de imóveis e reforço do capital de giro da Companhia; e (b) **autorizar** a Diretoria da Companhia a tomar

n

todas as providências necessárias à implementação da Emissão, inclusive (i) negociar e celebrar a Escritura da Emissão, bem como o seu respectivo aditamento, que contemplará a taxa final de remuneração das Debêntures após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*; (ii) negociar e celebrar o “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, em Série Única, da Terceira Emissão da MRV Engenharia e Participações S.A.” e demais instrumentos relacionados; (iii) contratar os prestadores de serviços inerentes às Debêntures e necessários à efetivação da Emissão, incluindo o agente fiduciário, agência de classificação de risco, banco mandatário, escriturador e depositário das Debêntures, assessor legal e os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário, podendo para tanto assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos; (iv) contratar instituições intermediárias que realizarão a colocação pública das Debêntures e (v) estabelecer condições adicionais àquelas aqui deliberadas e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão. Os termos desta ata foram aprovados pelos conselheiros presentes, que a subscrevem. Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2010. (aa): Mesa: **Rubens Menin Teixeira de Souza**, Presidente; **Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia**, Secretária. Conselheiros: **RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA**; **MARCOS ALBERTO CABALEIRO FERNANDEZ**; **LEVI HENRIQUE**; **FERNANDO HENRIQUE DA FONSECA**; **MARCO AURÉLIO DE VASCONCELOS CANÇADO**; **ROBERT CHARLES GIBBINS**; **JOÃO BATISTA DE ABREU**.

Conforme o original:


Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia
Secretária da Mesa



-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de fevereiro de 2010, que aprovou a taxa de remuneração final das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.


CNPJ/MF nº 08.343.492/0001-20

NIRE 31.300.023.907

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM
26 DE FEVEREIRO DE 2010

A Reunião do Conselho de Administração da MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), instalada com a presença de todos os seus membros, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. Rubens Menin Teixeira de Souza e secretariada pela Sra. Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia, realizou-se às 15:00 horas do dia 26 de fevereiro de 2010, na sede social, na Avenida Raja Gabaglia, 2.720 (exceto lado direito do 1º andar e sala 21), Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Em conformidade com a Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) **aprovar**, em decorrência da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, realizado no âmbito da terceira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única ("Debêntures" e "Emissão"), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal"), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de janeiro de 2010: (i) a quantidade de Debêntures e o valor total da Emissão: serão ofertadas 51.640 (cinquenta e uma mil seiscentas e quarenta) Debêntures, perfazendo em 1º de fevereiro de 2010 ("Data de Emissão"), o valor total de R\$516.400.000,00 (quinhentos e dezesseis milhões e quatrocentos mil reais), sendo a oferta base equivalente a R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), acrescida de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) em virtude do exercício integral da opção de Debêntures do Lote Adicional, correspondentes a 8.000 (oito mil) Debêntures e, acrescida de R\$36.400.000,00 (trinta e seis milhões e quatrocentos mil reais) em virtude do exercício parcial da opção de Debêntures do Lote Suplementar, correspondentes a 3.640 (três mil seiscentas e quarenta) Debêntures; (ii) a remuneração das Debêntures: A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, definidos em Procedimento de *Bookbuilding*, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, calculada de acordo com a fórmula descrita no "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A." e seus aditamentos ("Escritura da Emissão"). Palavras ou expressões em maiúsculas têm o significado atribuído na Escritura de Emissão, conforme aditada; e (b) **ratificar** os poderes da Diretoria para praticar todos os atos necessários à consecução da Emissão. Os termos desta ata foram aprovados pelos conselheiros presentes, que a subscrevem. Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2010. Rubens Menin Teixeira de Souza, Presidente; Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia, Secretária. Conselheiros: Rubens Menin Teixeira de Souza; Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez; Levi Henrique; Fernando Henrique da Fonseca; Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado; João Batista de Abreu.

Confere com o original, lavrado em livro próprio.


Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia
Secretária



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 4304904
EM 04/03/2010
#MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.#

PROTOCOLO: 10/180.316-8


ARINELEY DE PAULA
SECRETARIA GERAL

AC0781832



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Estatuto Social

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL

O Estatuto Social da Companhia se encontra disponível para consulta nos seguintes *websites*:

- <http://ri.mrv.com.br/ri/pdf/pt/ESAGE20091217.pdf>;
- www.cvm.gov.br (neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações”, buscar por “MRV”, selecionar “Estatuto Social” e clicar em “Download”);
- www.bmfbovespa.com.br (neste website, acessar “Empresas Listadas”, buscar por “MRV”, clicar em “MRV Engenharia e Participações S.A.”, clicar na aba “Informações Relevantes”, acessar “Estatuto Social” e clicar no link “Estatuto Social”).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

CELEBRADO ENTRE

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas

18 DE JANEIRO DE 2010



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 2.720 (exceto lado direito do 1º andar e sala 21), na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.343.492/0001-20, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, Bloco 04, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário");

vêm celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Emissora (respectivamente, "Escritura", "Emissão" ou "Oferta" e "Debêntures"), observadas as cláusulas, condições e características abaixo:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão é realizada, e a presente Escritura é celebrada, com base nas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 14 de janeiro de 2010, que aprovou a presente Emissão e as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações ("RCA").

1.2. A RCA aprovou, dentre outras características da Emissão, a Taxa Máxima das Debêntures (conforme definido abaixo), tendo sido autorizada a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar o aditamento a esta Escritura que definirá a taxa final de remuneração das Debêntures.

2. DOS REQUISITOS

A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1 O arquivamento da ata de RCA será devidamente realizado perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações. A ata de RCA foi publicada no "Jornal da Tarde", no "Hoje em Dia" e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações. A taxa final a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo), apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimentos, a ser conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada

("Instrução CVM 400" e "Procedimento de *Bookbuilding*", respectivamente), deverá ser ratificada por meio de aditamento a presente Escritura.

2.2. Inscrição da Escritura

2.2.1 A presente Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

2.3.1 A Emissão será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400, da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), do Convênio CVM/ANBID de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas – regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), em 20 de agosto de 2008 ("Convênio CVM-ANBIMA") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Análise Prévia pela ANBIMA e Procedimento Simplificado de Registro

2.4.1. O registro da Emissão será requerido por meio do Convênio CVM-ANBIMA, sendo a Emissão previamente submetida à análise da ANBIMA para a elaboração do parecer técnico nos termos da Instrução CVM 471, do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, datados de 17 de fevereiro de 2009 e de 06 de julho de 2009, respectivamente, e, posteriormente, da CVM, para a concessão do registro.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação nos Mercados Primário e Secundário

2.5.1 As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema BovespaFix ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social (i) a administração de bens próprios; (ii) a incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios ou de terceiros; (iii) a prestação de serviços de engenharia pertinentes às atribuições dos responsáveis técnicos; e (iv) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a terceira emissão de Debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), observado que tal montante pode ser aumentado em função das Debêntures do Lote Adicional e das Debêntures do Lote Suplementar, conforme disposto nas Cláusulas 4.1.2.1 e 4.1.2.2 abaixo.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados à aquisição de terrenos para a incorporação de novos empreendimentos, ao financiamento da construção de imóveis e ao reforço de capital de giro da Emissora.

3.6. Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, em Série Única, da Terceira Emissão da MRV Engenharia e Participações S.A. (“Contrato de Distribuição”), com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. (“Coordenador Líder” ou “Bradesco BBI”) e BB - Banco de Investimento S.A. (“BB-BI” e, em conjunto com o Bradesco BBI, “Coordenadores”), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, operacionalizado e administrado pela CETIP, e do DDA, administrado pela BM&FBOVESPA, que organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo, (i) as pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas ordens específicas de investimento excederem o limite de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização (“Investidores Institucionais”); e (ii) pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento (registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor), residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais (“Investidores Não-Institucionais”), levando em conta o perfil de risco dos seus clientes e a adequação às Debêntures, assegurando também que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo.

3.6.2. A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do anúncio de início de distribuição (“Anúncio de Início”); e (c) a disponibilização do prospecto definitivo relativo à Emissão (“Prospecto Definitivo”) para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Distribuição”).

3.6.3. A presente Emissão somente será efetivada na hipótese de colocação da totalidade das Debêntures ofertadas.

3.6.4. Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do prospecto preliminar da Emissão (“Prospecto Preliminar”) e do Prospecto Definitivo (em conjunto com o Prospecto Preliminar, “Prospectos”) que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou

a sua decisão de investimento; (ii) a Oferta seja suspensa ou cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400 e/ou (iii) a Oferta seja modificada ou revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, tal fato será imediatamente divulgado aos investidores, com indicação de data e procedimento para a restituição do valor dado em contrapartida às Debêntures, ao menos pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início.

3.6.4.1. Nas hipóteses mencionadas na Cláusula 3.6.4 acima, os investidores que já tenham aceitado a Oferta, no caso de sua suspensão, terão o direito de revogar sua aceitação em até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva comunicação. Terão direito à restituição integral, sem adição de tributos, juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 2 (dois) dias úteis de sua manifestação, em conformidade com os termos desta Escritura e dos Prospectos: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento ou revogação; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de suspensão da Oferta.

3.7. Banco Mandatário, Escriturador e Instituição Depositária

3.7.1. O Banco Bradesco S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissora para esta Emissão, além de ser a instituição depositária das Debêntures ("Banco Mandatário e Escriturador").

3.7.2. O Banco Mandatário e Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures e por operacionalizar o pagamento e a liquidação da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos pela Emissora relacionados às Debêntures.

3.8. Limite Legal

3.8.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (i) o capital social da Emissora nesta data é de R\$1.917.433.653,45 (um bilhão, novecentos e dezessete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos) e (ii) o saldo devedor do principal das debêntures de todas as emissões da Emissora em circulação, adicionado ao valor da Emissão, é de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais).

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal").

4.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.

4.1.2.1. A Emissora outorgará aos Coordenadores a opção de distribuição de lote suplementar de até 6.000 (seis mil) debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures do Lote Suplementar"), a qual poderá ser exercida pelos Coordenadores, na data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*, para atender a um excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.2.2. A quantidade de Debêntures a ser distribuída poderá ainda, a critério da Emissora e sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1.2.1 acima, ser aumentada em até 8.000 (oito mil) debêntures, ou seja, em até 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas, conforme previsto no artigo 14, §2º da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação

dos termos da Emissão, observado o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações ("Debêntures do Lote Adicional").

4.1.3. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de fevereiro de 2010 ("Data de Emissão").

4.1.4. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de fevereiro de 2014 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal, nos termos da Cláusula 4.6 abaixo, acrescido da Remuneração devida, calculada conforme a Cláusula 4.2 abaixo.

4.1.5. Forma e Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, escritural, não havendo emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será expedido um extrato em nome do debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures depositadas no SND e pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures depositadas no BOVESPAFIX, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de debêntures.

4.1.6. Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantia dos Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

4.2. Atualização do Valor Nominal e Remuneração das Debêntures

4.2.1. Atualização. O Valor Nominal das Debêntures não será atualizado.

4.2.2. Remuneração. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, a serem definidos em Procedimento de *Bookbuilding*, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI *over extra grupo* - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa máxima de 1,60% (um vírgula sessenta por cento) ao ano ("Taxa Máxima das Debêntures"), calculada de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido da Taxa Máxima das Debêntures calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DIk = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread Taxa Máxima das Debêntures, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.1 Considera-se “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na (i) Data de Emissão, e termina na data da primeira Data de Pagamento da Remuneração, no caso do primeiro Período de Capitalização; e (ii) na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.2.3. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.2.4. A Remuneração será paga semestralmente, com o primeiro pagamento em 1º de agosto de 2010, até a Data de Vencimento (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

4.2.4.1. Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures no dia útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.2.5. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará o percentual da Taxa Máxima das Debêntures que será aplicável à Remuneração e a presente Escritura será devidamente aditada, nos termos da Cláusula 2.2.1 acima.

4.3. Indisponibilidade, Impossibilidade de Aplicação ou Extinção da Taxa DI

4.3.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura) a Assembleia Geral de debenturistas (“AGD”), no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis após o término do prazo acima referido de 10 (dez) dias consecutivos, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

4.3.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.3.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva na AGD entre a Emissora e debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do

Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração respectiva das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última taxa disponível, conforme o caso.

4.3.4. Para os fins do presente instrumento, entende-se por “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas; e (iii) fundos de investimento e previdência privada patrocinada pela Emissora, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e de seus parentes até o segundo grau.

4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.5. Subscrição

4.5.1. Prazo de Subscrição. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição.

4.5.2. Preço de Subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.

4.5.3. Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.6. Amortização

4.6.1. O Valor Nominal das Debêntures será pago pela Emissora em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas a partir do final do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão (“Amortização”), na forma disposta no quadro abaixo:

Data	Percentual de Amortização
01.02.2013	50,0%
01.02.2014	50,0%

4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. Local de Pagamento. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados (a) pela CETIP, para as Debêntures registradas para negociação no SND; (b) pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas para a negociação no BOVESPAFIX ou, (c) pelo Banco Mandatário e Escriturador, para as Debêntures não custodiadas no SND ou no BOVESPAFIX.

4.7.2. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade em que for indicada pelo Banco Mandatário e

Escriturador, nos termos do item (c), da Cláusula 4.7.1. acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.7.3. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração prevista na Cláusula 4.2 acima, ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7.4. Não Comparecimento dos Debenturistas. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no Prospecto Definitivo, ou em comunicado publicado pela Emissora, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.7.5. Imunidade Tributária. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8. **Aquisição Antecipada Facultativa**

4.8.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, nos termos do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.8.2 As Debêntures adquiridas nos termos aqui previstos poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser recolocadas pela Emissora.

4.8.3 As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se, e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração das demais Debêntures.

4.9. **Resgate Antecipado Facultativo Total ou Parcial**

4.9.1. A Emissora terá a faculdade de, após o 18º (décimo oitavo) mês contado a partir da Data de Emissão, promover o resgate antecipado das Debêntures, total ou parcial ("Oferta de Resgate Antecipado") mediante (a) deliberação de seu Conselho de Administração; (b) publicação de aviso aos debenturistas a ser amplamente divulgado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias da data do resgate, informando: (i) a data efetiva para o resgate antecipado e pagamento dos debenturistas; (ii) se o resgate será total ou parcial, e, neste caso, o procedimento para resgate parcial, conforme parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) o valor a ser pago aos debenturistas em decorrência do resgate antecipado, nos termos da Cláusula 4.9.1.1 abaixo.

4.9.1.1 O valor a ser pago aos debenturistas em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado, nos termos da Cláusula 4.9.1 (b) (iii) acima, será equivalente ao Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da (i) Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo

resgate; e (ii) de prêmio de resgate de 0,75% sobre o volume das Debêntures resgatadas, calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio de Resgate"):

$$P = d/D * 0,075 * \text{volume de resgate}$$

Onde: P = Prêmio de Resgate

d = quantidade de dias corridos entre a data do resgate e a Data de Vencimento

D = dias corridos após o 18º mês e a Data de Vencimento

4.9.2 Fica definido que, caso ocorra o resgate parcial, sua operacionalização deverá ser realizada (i) mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário e divulgado na imprensa, inclusive no que concerne às regras do sorteio; (ii) para as Debêntures registradas no SND e/ou BOVESPAFIX, conforme procedimentos adotados pela CETIP e/ou BM&FBOVESPA, através de 'operação de compra e de venda definitiva', sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas pelo Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, ficando definido que, caso a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA venha(m) a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade, ou (iii) por meio do Banco Mandatário e Escriturador, no caso de o Debenturista não estar vinculado à CETIP e ou à BM&FBOVESPA.

4.9.3 As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

4.10. Comunicações

4.10.1. Publicação na Imprensa. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados nos jornais "Jornal da Tarde" e "Hoje em Dia", podendo adicionalmente, a critério da Emissora, ser publicadas, ainda, em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.10.2. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Raja Gabaglia, 2.720
Belo Horizonte – MG 30350-540
At.: Sr. Leonardo Guimarães Corrêa
Telefone: (55 31) 3348-7106
Fax: (55 31) 3348-7155
E-mail: ri@mrsv.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, Sala 514
Rio de Janeiro – RJ 22640-102
At.: Marcelo da Costa Ribeiro
Telefone: (55 21) 3385-4565

Fax:(5521)3385-4046
E-mail: marcelo@pentagonotruster.com.br
truster@pentagonotruster.com.br

iii) Para o Banco Mandatário, Escriturador e Instituição Depositária

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº
Osasco – SP 06.029-000
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Telefone: (55 11) 3684-3749
Fax: (55 11) 3684-5645
E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

iv) Para a CETIP

CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, 230, 10º e 11º andar
Rio de Janeiro - RJ 20031-919
Telefone: (55 21) 2276-7474
Fax: (55 21) 2252-4308 / 2262-5481
Site: www.cetip.com.br

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo – SP 01009-000
Telefone: (55 11) 3111-1411
Fax: (55 11) 3115-1664

v) Para a BM&FBOVESPA

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Praça Antonio Prado, 48, 7º andar
São Paulo – SP 01010-901
Site: www.bmfbovespa.com.br

ou

Rua XV de Novembro, 275
São Paulo – SP 01013-001

4.10.2.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.10.2.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

MLA

P

5

J

4.10.2.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Emissora, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais partes.

4.11. Liquidez e Estabilização

4.11.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.12. Fundo de Amortização

4.12.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

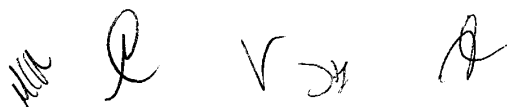
5. VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

5.1.1 Ressalvado o disposto na Cláusula 5.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas, nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) dia útil contado de seu vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (iii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Distribuição;
- (iv) pedido de recuperação judicial, independente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;
- (v) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou de qualquer de seus acionistas controladores;
- (vi) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, observados os prazos de cura aplicáveis, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

- (vii) não cumprimento de qualquer decisão judicial final e irrecorrível ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), ou seu equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (viii) redução de capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ix) inadimplemento ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, seja como parte ou como garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
- (x) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (xi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para este fim;
- (xii) (1) incorporação, fusão ou cisão, da Emissora por quaisquer terceiros, e/ou (2) realização pela Emissora de qualquer reorganização societária, sem a prévia aprovação dos debenturistas, reunidos em AGD especialmente convocada com esse fim, conforme *quorum* estabelecido na Cláusula 8.4.1, exceto se a incorporação, fusão ou cisão (a) atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ou (b) tiver por objetivo segregar as atividades da MRV Logística e Participações S.A. ou sua sucessora. As hipóteses previstas nos itens (1) e (2) acima não se aplicam: (x) às reorganizações societárias das quais participem exclusivamente a Emissora e suas subsidiárias, observado que tais operações societárias não poderão resultar em uma diminuição patrimonial da Emissora em mais de 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido consolidado ou em sua extinção; e (y) incorporações totais ou de parcela cindida de sociedades em que a Emissora possua participação minoritária, desde que tais reorganizações societárias não resultem em perspectiva negativa ou de rebaixamento do *rating* da Emissão;
- (xiii) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, reunidos em AGD especialmente convocada com esse fim;
- (xiv) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo protesto;
- (xv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 15

Handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be 'MMA', 'R', 'V', and 'A'.

(quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; e

- (xvi) não-manutenção dos seguintes índices financeiros apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes da Emissora, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora auditados ou revisados pelos mesmos, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base da apuração dos índices financeiros (“Índices Financeiros”). Os Índices Financeiros submetidos a procedimentos pré-acordados pelos auditores independentes deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis após as datas previstas na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, para a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais – ITR ou, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais – ITR, o que ocorrer primeiro, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e da declaração do Diretor Vice-Presidente Executivo, Financeiro e de Relações com Investidores, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. A não manutenção pela Emissora de qualquer dos Índices Financeiros apenas em um dado trimestre não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, desde que ocorra o reenquadramento nos 3 (três) trimestres imediatamente seguintes; caso seja apurado novo desenquadramento neste período subsequente no mesmo índice financeiro ou em outro índice qualquer, tal desenquadramento acarretará o vencimento antecipado automático, independentemente de em um dos índices ter ocorrido o primeiro desenquadramento:

- a)
$$\left(\frac{\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar}}{\text{Patrimônio Líquido}} \right) < 0,65$$
- b)
$$\left(\frac{\text{Recebíveis} + \text{Receita a Apropriar} + \text{Estoques}}{\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar} + \text{Custo a Apropriar}} \right) > 1,6 \text{ ou } < 0$$

onde:

Dívida Líquida corresponde ao endividamento bancário de curto e longo prazo total, menos os financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional ou os financiamentos obtidos junto ao Fundo de Investimento Imobiliário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FI-FGTS e menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras.

Patrimônio Líquido corresponde ao patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial da Emissora, excluídos os valores da conta ‘reservas de reavaliação’, se houver.

Imóveis a Pagar corresponde ao somatório das contas a pagar por aquisição de imóveis apresentado na conta “Contas a Pagar por Aquisição de Terrenos” no passivo circulante e no passivo não-circulante, excluída a parcela de terrenos adquirida por meio de permuta.

Receíveis corresponde à soma dos valores a receber de clientes de curto e longo prazo da Emissora, refletidos nas demonstrações financeiras.

Receita a Apropriar corresponde ao saldo apresentado nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativo às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não-concluídos, não refletidas no balanço patrimonial da Emissora em função das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estoques corresponde ao valor apresentado na conta 'estoques' do balanço patrimonial da Emissora.

Custo a Apropriar corresponde aos custos a incorrer relativos às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não concluídos.

5.1.2 A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (i), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (ix) (x), (xi) e (xii) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos debenturistas.

5.1.3 Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (ii), (vii), (xiii), (xiv), (xv), e (xvi) acima o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8 abaixo e o *quorum* específico para as deliberações estabelecido na Cláusula 5.1.5 abaixo.

5.1.4 Na hipótese de não convocação da AGD ou de sua não instalação por falta de *quorum*, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.1.6 abaixo.

5.1.5 A AGD a que se refere a Cláusula 5.1.3 acima poderá, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nas Cláusulas 7.5 e 7.6 abaixo.

5.1.6 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures (e, no caso do subitem (i) da Cláusula 5.1.1 acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante da Cláusula 4.10 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos 3 (três) primeiros trimestres de cada exercício social ou em até 5 (cinco) úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas informações trimestrais (ITR)

completas relativas ao respectivo trimestre; e (2) declaração do Diretor Vice-Presidente Executivo, Financeiro, e de Relações com Investidores de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1.1 desta Escritura;

- (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou em até 5 (cinco) dias úteis após a sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado; (2) declaração do Diretor Vice-Presidente Executivo, Financeiro, e de Relações com Investidores de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1.1 desta Escritura; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações (i) que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; ou (ii) nas quais haja dever de sigilo por parte da Emissora e (4) cópia de relatórios demonstrando o cumprimento ou descumprimento dos Índices Financeiros pela Emissora, do qual deverão constar os dados que serviram de suporte para a respectiva apuração, bem como a resposta a todos os demais esclarecimentos adicionais necessários que tenham sido formulados e esclarecidos, nos prazos estabelecidos na presente Escritura;
 - (c) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, nos prazos ali previstos ou, se não houver, prazo determinado neste normativo, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que forem realizados, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregar as cópias das respectivas informações ao Agente Fiduciário quando as disponibilizar à CVM;
 - (d) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 4.10.1 acima;
 - (e) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
 - (f) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 4 (quatro) dias contados da respectiva Data de Vencimento;
 - (g) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.1.1 acima imediatamente após sua ocorrência; e
 - (h) os relatórios de classificação de risco preparados pela agência classificadora de risco, conforme mencionada na alínea (xiv) abaixo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento pela Emissora.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
 - (iv) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;

- (v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM;
- (vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (vii) manter atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregá-las ao Agente Fiduciário quando as disponibilizar à CVM;
- (viii) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário e a entidade administradora de mercado organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por descumprimentos que não venham a afetar adversamente sua condição econômica e financeira, seus resultados operacionais, suas atividades, sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xiii) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) agência classificadora de risco; (b) Banco Mandatário e Escriturador; (c) Agente Fiduciário; e (d) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, SND e BOVESPAFIX);
- (xiv) relativamente à agência classificadora de risco a Emissora deverá (a) manter anualmente e até o vencimento, atualizada a súmula de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, (b) divulgar amplamente ou permitir que a agência divulgue a súmula da classificação de risco; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures; e
- (xv) aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito nesta Escritura.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (viii) não infringir, pela celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas, qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) constituir esta escritura uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) ter delegado poderes bastante para tanto às pessoas que o representam na assinatura desta Escritura; e
- (xi) ter verificado, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

7.2.1 O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 7.2 acima se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

7.2.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente

fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-lá.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do Prazo de Distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, nos termos na Cláusula 2.2.1 acima, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de agente fiduciário substituto, de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contas da assinatura da presente, a inscrição desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCEMG, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles

- existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
 - (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;
 - (ix) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
 - (x) convocar, quando necessário, AGD, respeitando-se as regras relacionadas à convocação, bem como à publicação, constantes da Lei das Sociedades por Ações;
 - (xi) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida AGD;
 - (xii) fiscalizar o cumprimento, pela Emissora, da manutenção atualizada, pelo menos anualmente e até o vencimento das Debêntures, do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, bem como de ampla divulgação de tal avaliação ao mercado e, ainda, encaminhar o relatório de avaliação (*rating*) à ANBIMA no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua veiculação.
 - (xiii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, nos prazos dispostos nas Cláusulas 5.1(xvi) e 6.1(i). O relatório aqui mencionado deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata a Cláusula 7.4 (xiii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na sede do Coordenador Líder; e
 - (e) na BM&FBOVESPA.
- (xv) publicar, na forma prevista na Cláusula 4.10.1, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na Cláusula 7.4 (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador, à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao aqui disposto, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e Escriturador, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem qualquer solicitação do Agente Fiduciário neste sentido;
- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, nos termos da Cláusula 4.9, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) sem prejuízo do disposto na Cláusula 5 acima, notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA, e
- (xx) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na Cláusula 6.1 (xiv) acima.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora, se aplicável;

- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos debenturistas;
e
- (iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas Cláusulas 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo que a primeira parcela será devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas dos trimestres subseqüentes;
- (ii) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (a) à assessoria aos debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures, conforme venha a ser requerido pela Emissora, (b) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou debenturistas e em AGDs, (c) bem como à implementação das consequentes decisões tomadas pelos debenturistas, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias corridos contados da data de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do respectivo "relatório de horas trabalhadas";
- (iii) a remuneração prevista nas alíneas (i) e (ii) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, conforme aplicável, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (iv) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGPM") ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die* se necessário;
- (v) as parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração.
- (vi) A remuneração não inclui as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível.

- (vii) As parcelas dispostas nos itens (i) e (ii) acima serão atualizadas pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.9. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

7.10. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.11. As despesas a que se refere a Cláusula 7.8 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com: (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) extração de certidões; (iii) locomoções entre Estados e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.12. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.13. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.14. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os encargos moratórios previstos na cláusula 4.7.3 desta Escritura.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por

debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias Gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 8.4.2 abaixo e exceto nas hipóteses de *quorum* específico previstas nesta Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em AGD, deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.4.2. As deliberações da AGD relativamente a (i) alterações nas condições das Debêntures, incluindo, entre outras, Remuneração, espécie, prazo, Data de Vencimento, Amortização, resgate antecipado, vencimento antecipado, *quorums* e (ii) autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, deverão obter aprovação de debenturistas representando pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterà, na data de sua publicação, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (viii) as opiniões e análises expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração dos Prospectos, nas suas respectivas datas, seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- (x) as declarações, em especial aquelas prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros, consistentes, suficientes e corretos nas suas respectivas datas;
- (xi) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas controladas e/ou coligadas ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, representam corretamente a posição financeira da Emissora, suas controladas e/ou coligadas em tais datas, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos,

passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

- (xiii) a Emissora, suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por eventuais descumprimentos (i) que não possam causar impacto adverso relevante na Emissora, sua condição financeira ou resultados operacionais, ou (ii) aqueles mencionados nos Prospectos;
- (xiv) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, nas suas respectivas datas, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura; e
- (xv) não há, nesta data, debêntures de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto, com exceção das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da (a) primeira distribuição pública de debêntures realizada em julho de 2008, e (b) segunda emissão pública de debêntures realizada em junho de 2009;

9.2. A Emissora se compromete a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2 A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto.

10.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

10.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.7. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei 5.865, de 11 de janeiro de 1975, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes, desde já, que independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

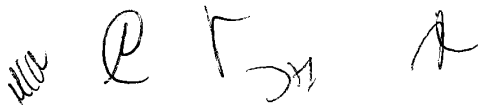
11. LEI E FORO

11.1. A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

11.2. Fica eleito o Foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

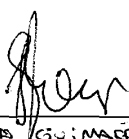
E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

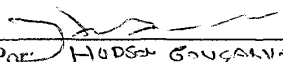
Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2010.



Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A., datada de 18 de janeiro de 2010.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.



Por: LEONARDO GUIMARÃES CORREA
Cargo: DIRETOR VICE - PRESIDENTE EXECUTIVO


Por: HUDSON GONÇALVES ANDRADE
Cargo: DIRETOR VICE - PRESIDENTE DESENVOLVIMENTO IMPLANTAÇÃO



Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A., datada de 18 de janeiro de 2010.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Por: MARCELO DA COSTA RIBEIRO
Cargo: DIRETOR

Por:
Cargo:

Handwritten initials and marks: "AC" at the top, a circled "R" in the middle, and a checkmark-like symbol at the bottom.

Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A., datada de 18 de janeiro de 2010.


Testemunhas

1. Mônica Simão
Nome:
RG:

Mônica Freitas Guimarães Simão
Diretora Financeira
CPF: 555.340.666-87

2. M. Fernanda Menin T. de Souza Maia
Nome:
RG:

M^{te} Fernanda Menin T. de Souza Maia
Advogada
OAB - MG 86.300

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.073-1/000
EM 25/01/2010
#MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.#
PROTOCOLO: 10/011.978-6
AC0705108


MARILENE DE PAULA BONFIM
SECRETÁRIA GERAL

MRV ENG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE
ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA,
DA MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

CELEBRADO ENTRE

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas

28 DE JANEIRO DE 2010

Handwritten signatures and initials: "ST", "R", "ay", "Q", "MR"

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA EM SÉRIE ÚNICA, DA MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 2.720 (exceto lado direito do 1º andar e sala 21), na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.343.492/0001-20, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia"), e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, Bloco 04, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, nomeada neste Aditamento (conforme definido abaixo) e nele interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário");

vêm celebrar o presente instrumento particular de primeiro aditamento ("Aditamento") ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Companhia (respectivamente, "Escritura" e "Emissão"), observadas as cláusulas, condições e características abaixo.

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado, com base nas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 14 de janeiro de 2010, que aprovou a Emissão e as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações ("RCA"). A RCA aprovou, dentre outras características da Emissão, a Taxa Máxima das Debêntures (conforme definido abaixo), tendo sido autorizada a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar este Aditamento à Escritura.

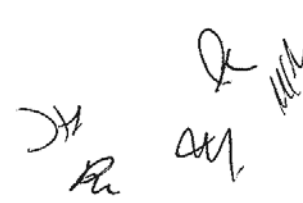
2. DA AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

2.1 O presente Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

3. DAS RETIFICAÇÕES

3.1 As partes, por meio deste Aditamento, acordam em:

3.1.1 Alterar a cláusula 7.6 da Escritura, que passa a ter a seguinte redação:



“7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas Cláusulas 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.”

3.1.2 Alterar a alínea (e) do item (xiii) da cláusula 7.4 da Escritura, que passa a ter a seguinte redação:

“(e) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;”

3.1.3 Acrescentar um novo item ao final da cláusula 7.4 da Escritura, o qual terá a seguinte redação:

“(xxi) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.”

3.1.4 Alterar a cláusula 4.2.5 da Escritura, que passa a ter a seguinte redação:

“4.2.5 Ao final do Procedimento de Bookbuilding, a taxa final a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures, será ratificada por meio de aditamento à presente Escritura, nos termos da Cláusula 2.2.1 acima.”

3.1.5 Alterar as cláusulas 3.6.4 e 3.6.4.1 da Escritura, que passam a ter as seguintes redações, respectivamente:

“3.6.4. A Emissora, em decisão conjunta com os Coordenadores, poderá solicitar modificação ou revogação da Oferta perante a CVM na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.”

“3.6.4.1. Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do prospecto preliminar da Emissão (“Prospecto Preliminar”) e do Prospecto Definitivo (em conjunto com o Prospecto Preliminar, “Prospectos”) que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento, (b) a Oferta seja suspensa ou cancelada nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, e/ou (c) a Oferta seja modificada ou revogada nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, os investidores poderão desistir do Pedido de Reserva. Nas hipóteses mencionadas acima, os investidores que já tenham aceitado a Oferta, deverão informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva aos Coordenadores deverão informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva aos Coordenadores até às 16:00 horas (i) do dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) do 5º (quinto) dia útil em que for divulgado ao investidor a suspensão ou a modificação da Oferta, com indicação de data e procedimento para a restituição do valor dado em contrapartida às Debêntures, ao menos pelos mesmos meios utilizados para a

divulgação do Aviso ao Mercado, no caso das alíneas (b) e (c) acima. Caso os investidores não informem sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos prazos mencionados acima, deverão efetuar o pagamento."

3.1.6 Inserir a cláusula 3.6.4.2 à Escritura, a qual terá a seguinte redação:

"3.6.4.2. Terão direito à restituição integral, sem adição de tributos, juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 2 (dois) dias úteis de sua manifestação, em conformidade com os termos desta Escritura, do Contrato de Distribuição e dos Prospectos: (i) todos os Investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento ou revogação; e (ii) os Investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de suspensão da Oferta. No caso de eventual modificação da Oferta, os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Não haverá dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores na hipótese de revogação de sua aceitação, nos termos aqui previstos."

4 DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

5.2 Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

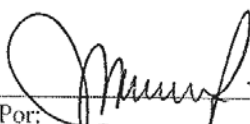
E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Aditamento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.


Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2010.



Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A., datada de 28 de janeiro de 2010.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

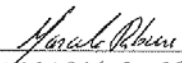

Por: _____
Cargo: **Junia Maria de Souza L. Galvão**
Vice-Presidente de
Administração e Controladoria
CPF: 878.532.996-72

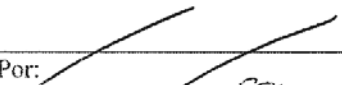

Por: _____
Cargo: **Hudson Gonçalves Andrade**
MRV Engenharia e Participações S/A
Vice-Presidente de Desenvolvimento
Imobiliário



Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A., datada de 28 de janeiro de 2010.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Por: MARCELO DA COSTA RIBEIRO
Cargo: DIRETOR


Por: _____
Cargo: SEM GREGO


am.
CH
F
R

Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A., datada de 28 de janeiro de 2010.

Testemunhas

1. Marcelo Paulino Santava
Nome: MARCELO PAULINO SANTAVA
RG: M 6278360

2. Ricardo Meilman L. Cohn
Nome: RICARDO MEILMAN LOMAZ COHN
RG: MG 12130315

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.073-1/001
EM 10/02/2010
#MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.#
AC0765729
PROTOCOLO: 10/112.836-3


MARLENE DE PAULA SCOMIN
SECRETARIA GERAL

JUCEMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE
ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CELEBRADO ENTRE

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas

26 DE FEVEREIRO DE 2010

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA EM SÉRIE ÚNICA, DA MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 2.720 (exceto lado direito do 1º andar e sala 21), na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.343.492/0001-20, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"), e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, Bloco 04, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, nomeada neste Aditamento (conforme definido abaixo) e nele interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário");

vêm celebrar o presente instrumento particular de segundo aditamento ("Aditamento") ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Emissora (respectivamente, "Escritura" e "Emissão"), observadas as cláusulas, condições e características abaixo.

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado com base nas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora em (i) reunião realizada em 14 de janeiro de 2010, que aprovou a Emissão e as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações e autorizou a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar este Aditamento à Escritura, e (ii) em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2010, que determinou a taxa de remuneração final das Debêntures.

2. DA AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

2.1 O presente Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

3. DAS RETIFICAÇÕES

3.1 As partes, por meio deste Aditamento, acordam em:

3.1.1. Alterar a cláusula 2.5.1 da Escritura, para indicar que os sistemas para registro da distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário serão opções alternativas, sendo que a cláusula 2.5.1 passa a ter a seguinte redação:

2.5.1 As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e/ou do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e/ou do Sistema BovespaFix ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

3.1.2. Alterar a cláusula 3.5.1 da Escritura, que passa a ter a seguinte redação:

"3.5.1. Os recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados para (i) a aquisição de terrenos para a incorporação de novos empreendimentos, no percentual de 30,0% dos recursos captados, (ii) o financiamento da construção de imóveis, no percentual de 20,0% dos recursos captados e, (iii) o reforço do capital de giro, no percentual de 50,0% dos recursos captados."

3.1.3. Alterar a cláusula 3.8.1 da Escritura, que passa a ter a seguinte redação:

"3.8.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (i) o capital social da Emissora nesta data é de R\$1.917.433.653,45 (um bilhão, novecentos e dezessete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos) e (ii) o saldo devedor do principal das debêntures de todas as emissões da Emissora em circulação, adicionado ao valor da Emissão, incluindo as Debêntures do Lote Suplementar (conforme definido abaixo) e as Debêntures do Lote Adicional (conforme definido abaixo) é de R\$ 916.400.000,00 (novecentos e dezesseis milhões e quatrocentos mil reais).

3.1.4 Alterar a cláusula 4.1.2 da Escritura, que passa a ter a seguinte redação:

"4.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 51.640 (cinquenta e uma mil e seiscentas e quarenta) Debêntures, considerando as Debêntures do Lote Adicional (conforme definido abaixo) e as Debêntures do Lote Suplementar (conforme definido abaixo).

4.1.2.1. A Emissora outorgou aos Coordenadores a opção de distribuição de lote suplementar de até 6.000 (seis mil) debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures do Lote Suplementar"), a qual poderia ser exercida pelos Coordenadores, na data de encerramento do Procedimento de Bookbuilding, para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de Bookbuilding, observado o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações. A opção de Debêntures do Lote Suplementar foi exercida parcialmente pelos Coordenadores, tendo sido emitidas 3.640 (três mil seiscentas e quarenta) Debêntures do Lote Suplementar, representando um aumento de 9,1% (nove inteiros e um centésimo por cento) em relação às Debêntures originalmente ofertadas.

4.1.2.2. A quantidade de Debêntures a ser distribuída poderia ser, ainda, a critério da Emissora e sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1.2.1 acima, aumentada em até

8.000 (oito mil) debêntures, ou seja, em até 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, conforme previsto no artigo 14, §2º da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão, observado o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações ("Debêntures do Lote Adicional"). A opção de Debêntures do Lote Adicional foi exercida integralmente."

3.1.5 Alterar a cláusula 4.2.2 da Escritura para incluir a taxa de remuneração final das Debêntures, que passa a ter a seguinte redação:

"4.2.2. Remuneração. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, definidos em Procedimento de Bookbuilding, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano ("Taxa Máxima das Debêntures"), calculada de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

$J =$ valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

$VNe =$ Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorJuros =$ Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido da Taxa Máxima das Debêntures calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

$FatorDI =$ produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

$n =$ número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

$TDI_k =$ Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k =$ 1, 2, ..., n;

$DI_k =$ Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$FatorSpread =$ Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

$spread$ Taxa Máxima das Debêntures, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.1 Considera-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na (i) Data de Emissão, e termina na data da primeira Data de Pagamento da Remuneração, no caso do primeiro Período de Capitalização; e (ii) na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento."

4. DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

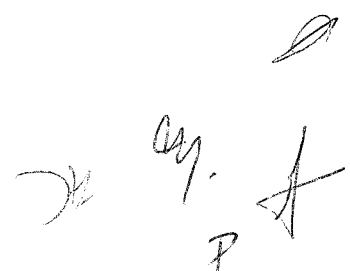
5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

5.2 Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Aditamento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2010.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a stylized signature, the initials 'ay.', and a large, bold signature.

Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A., datado de 26 de fevereiro de 2010.

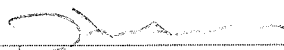
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.



Por:

Cargo:

José Adib Tome Simão
MRV Engenharia e Participações S/A
Vice-Presidente Financeiro



Por:

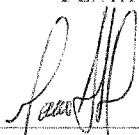
Cargo:

Hudson Gonçalves Andrade
MRV Engenharia e Participações S/A
Vice-Presidente de Desenvolvimento
Imobiliário



Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A., datado de 26 de fevereiro de 2010.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS




Por: **Carlos Alberto Machado Ferreira**
Cargo: **Procurador**

Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A., datado de 26 de fevereiro de 2010.

Testemunhas

1. Patricia Pezza
Nome: **Patricia Pezza**
RG: **CPF.: 135.752.197-96**

2. Marcelo Paulino Santana
Nome: **MARCELO PAULINO SANTANA**
RG: **M 6278360**

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.073-1/002
EM 05/03/2010
#MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.#

PROTOCOLO: 10/180.313-3
AC0752490


MARIVELLY DE PAULA BONFIM
SECRETARIA GERAL









(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Declaração da Companhia (artigo 56 da Instrução CVM 400)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



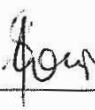
**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta de capital autorizado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, 2.720, CEP 30350-540, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 08.343.492/0001-20, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da terceira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("Oferta"), vem, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

- (i) o prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") contém, e o prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") conterà, nas suas respectivas datas, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, da Companhia, das suas atividades, da situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, bem como as informações prestadas por ocasião do pedido de registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição pública das Debêntures, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro de companhia aberta da Companhia, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, sendo que o Sr. Leonardo Guimarães Corrêa e a Sra. Júnia Maria de Sousa Lima Galvão, diretores estatutários da Companhia, foram os responsáveis pela verificação da veracidade das informações prestadas; e
- (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2010.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: **Leonardo Guimarães Correa**
Cargo: **Vice Presidente Executivo**
CPF: 275.939.836-68



Nome: **Jônia Maria de Souza Lima Galvão**
Cargo: **Vice-Presidente de Administração e Controladoria**
CPF: 878.532.996-72

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Declaração do Coordenador Líder (artigo 56 da Instrução CVM 400)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS
DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

BANCO BRADESCO BBI S.A., instituição financeira estabelecida na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 06.271.464/0073-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição líder responsável pela coordenação e colocação da terceira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da MRV Engenharia e Participações S.A. ("Companhia"), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram assessor legal para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 10 de dezembro de 2009, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou auditores independentes para participação no processo de revisão do prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, com a conseqüente emissão de carta de conforto ao Coordenador Líder, nos termos do Pronunciamento do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Norma de Procedimento de Auditoria nº 12;



- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos considerados, pela Companhia, relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vii) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio do seu assessor legal.

O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:

- (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas no prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e no prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo"), bem como as informações prestadas por ocasião do pedido de registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição pública das Debêntures, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro de companhia aberta da Companhia, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.



Adicionalmente, o Coordenador Líder declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, das suas atividades, da situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 29 de janeiro de 2010.

BANCO BRADESCO BBI S.A.


Nome: **Fernando Buso**
Cargo: **Director**


Nome: **Fábio Mentone**
Cargo: **Director**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Súmula da Agência de Rating Standard & Poor's

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 29 de janeiro de 2010

Comunicado à Imprensa

Ratings 'brA+' da MRV Engenharia e Participações S.A. reafirmados; perspectiva estável; rating 'brA+' atribuído à futura emissão de debêntures de R\$ 400 milhões

Analistas: Flávia Bedran, São Paulo, (55) 11-3039-9758, flavia_bedran@standardandpoors.com; Reginaldo Takara, São Paulo, (55) 11-3039-9740, reginaldo_takara@standardandpoors.com

Resumo

- A MRV fortaleceu sua liquidez e beneficia-se de fundamentos positivos no seu segmento da indústria de construção civil, mas sua dependência de fontes de financiamento e consumo de caixa na aquisição de terrenos é relevante, dada a estratégia de crescimento projetada para 2010;
- Reafirmamos o rating de crédito corporativo 'brA+' atribuído à empresa, mantendo sua perspectiva estável. Também atribuímos o rating 'brA+' à futura emissão de debêntures da empresa, no valor de R\$ 400 milhões com prazo de 4 anos.
- Acompanharemos a tendência do fluxo de caixa e da liquidez da MRV frente ao seu forte crescimento como principais fatores de análise no médio prazo.

Ações de rating

Em 29 de janeiro de 2010, a Standard & Poor's Ratings Services reafirmou os ratings na Escala Nacional Brasil 'brA+' atribuídos à construtora e incorporadora **MRV Engenharia e Participações S.A.** (MRV), os quais incluem o rating de crédito corporativo e os ratings atribuídos às suas duas emissões de debêntures no valor de R\$ 100 milhões e R\$ 300 milhões. Ao mesmo tempo, atribuímos o rating 'brA+' à futura emissão de debêntures da empresa, no valor de R\$ 400 milhões e prazo de vencimento de quatro anos.

Fundamentos

Os ratings da MRV refletem os fundamentos de negócio e o perfil financeiro conservador da empresa; sua posição de liquidez adequada; seu ciclo de construção mais curto do que o de seus pares (aproximadamente 14 meses), o que lhe proporciona um descasamento menor entre o desembolso dos custos de construção e recebimento dos recursos de financiamento; e necessidades de capital de giro menores durante o período de construção, em função de seu modelo de financiamento baseado em linhas de crédito associativo.

Por outro lado, os ratings incorporam a dependência da MRV de fontes relativamente concentradas de financiamento para seu capital de giro (em particular, a Caixa Econômica Federal - CEF); a dependência do setor de construção civil da disponibilidade de financiamento de longo prazo para os mutuários a fim de fomentar a demanda; a necessidade de capital de giro da empresa, que, embora menor do que de seus pares, é considerável no início do ciclo de construção; sua exposição a descasamentos em seus fluxos de caixa em razão de distratos, atrasos em medição de obra ou no repasse de mutuários à CEF; e sua exposição ao altamente competitivo, cíclico e fragmentado setor imobiliário brasileiro, cuja concorrência deve aumentar no segmento da MRV.

Acreditamos que a MRV esteja particularmente bem posicionada em relação a seus pares para se beneficiar da crescente demanda no segmento econômico de construção civil estimulada pelo programa do Governo Federal 'Minha Casa Minha Vida' (MCMV), em virtude de sua experiência com o modelo de financiamento e aprovação de crédito desse sistema, bem como com o menor ciclo de construção dos projetos. Seu modelo de construção padronizado e em grande escala aumenta seu poder de compra junto a fornecedores e otimiza o gerenciamento e a logística do suprimento de matéria prima, permitindo custos adequados.

O desempenho da MRV na aprovação de clientes perante a CEF é positivo. Seu relacionamento de longo prazo e experiência com o modelo de aprovação de crédito do banco para os mutuários finais desse segmento tende a agilizar o enquadramento de um projeto de modo a torná-lo elegível a um financiamento do programa habitacional MCMV, o que deve aumentar consideravelmente os lançamentos e as vendas contratadas em 2010. No entanto, entendemos que a empresa depende particularmente do acesso a linhas de crédito associativo e do bom funcionamento do processo de aprovação de crédito e respectivos desembolsos para evitar descasamentos no seu fluxo de caixa, que, potencialmente, tendem a aumentar com o crescimento da empresa. Esses riscos tornam-se mais relevantes conforme a competição no segmento econômico se torna mais intensa.

Ao mesmo tempo em que projetamos um crescimento do reconhecimento de receita e EBITDA para os próximos anos, dada a aceleração do ritmo de construção e de novos lançamentos, também projetamos um aumento do endividamento e do consumo de caixa para financiar as obrigações relacionadas à aquisição de terrenos e investimento em capital de giro requerido no início da construção.

Liquidez

A liquidez da MRV é adequada. Em 30 de setembro de 2009, sua posição de caixa consolidada era de R\$ 766,6 milhões frente a um endividamento de curto prazo de R\$ 321 milhões e dívida total ajustada pelo financiamento à construção e pelas obrigações a pagar pela aquisição de terrenos de R\$ 833 milhões. A liquidez fortaleceu-se com a emissão de ações em julho de 2009 (R\$ 570 milhões) e deve melhorar ainda mais com a futura emissão de debêntures. A posição de caixa da MRV deve permitir à empresa financiar sua estratégia de aquisição de terrenos e de novos lançamentos nos próximos anos. Por outro lado, nosso caso base indica que o fluxo de caixa da MRV deve ainda permanecer negativo em 2010 e 2011, principalmente em função dos crescentes custos de obra a serem desembolsados, os quais devem ser financiados mediante seu acesso a linhas de crédito associativo.

Perspectiva

A perspectiva estável dos ratings da MRV reflete nossa expectativa de que seu perfil financeiro continuará conservador, a despeito do forte crescimento projetado. Também incorporamos as perspectivas favoráveis no segmento-alvo da empresa. Os ratings da MRV podem sofrer pressão de rebaixamento caso haja descasamentos significativos no seu fluxo de caixa, por conta de demora nos desembolsos das linhas contratadas ou maior lentidão na aprovação do crédito para mutuários, ou ainda no repasse para as instituições financeiras. Dado o forte crescimento dos custos de obra, em termos absolutos, esperado para os próximos dois anos (em função do crescimento projetado para 2010), um enfraquecimento na liquidez da empresa maior do que o projetado também pode ser fator negativo para os ratings, sinalizando maior agressividade na aquisição de terrenos ou necessidades de capital de giro maiores do que as inicialmente projetadas. Uma revisão positiva dos ratings da empresa no curto/médio prazo poderia decorrer de sinais mais claros do sucesso da empresa em aumentar seus lançamentos sem criar pressões negativas ainda maiores ao seu fluxo de caixa, e de os riscos de execução da sua estratégia de crescimento terem sido minimizados.

Artigos Relacionados

- **“Criteria Methodology: Business Risk/Financial Risk Matrix Expanded”**, publicado em 27 de maio de 2009.
- **“2008 Corporate Criteria: Analytical Methodology”**, publicado em 15 de abril de 2008

Copyright© 2010 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

IV. Demonstrações Financeiras

• Demonstrações Financeiras referentes ao período de 31 de maio a 31 de dezembro de 2006	141
• Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 ...	145
• Informações Trimestrais referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e de 2008	149

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações Financeiras referentes ao período de 31 de maio a 31 de dezembro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO PERÍODO DE 31 DE MAIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao período de 31 de maio a 31 de dezembro de 2006, e o Parecer dos Auditores Independentes se encontram disponíveis para consulta nos seguintes *websites*:

- <http://ri.mrv.com.br/ri/pdf/pt/DFC20061231.pdf>;
- www.cvm.gov.br (neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações”, buscar por “MRV”, selecionar “Dados Econômico-Financeiros” e clicar no link “Download” relativo ao arquivo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas - data ref. de 31.12.2007”);
- www.bmfbovespa.com.br (neste website, acessar “Empresas Listadas”, buscar por “MRV”, clicar em “MRV Engenharia e Participações S.A.”, clicar na aba “Relatórios Financeiros” e clicar em “Demonstrações Financeiras Padronizadas”).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e o Parecer dos Auditores Independentes se encontram disponíveis para consulta nos seguintes *websites*:

- <http://ri.mrv.com.br/ri/pdf/pt/DAC2008T04.pdf>;
- www.cvm.gov.br (neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações”, buscar por “MRV”, selecionar “Dados Econômico-Financeiros” e clicar no link “Download” relativo ao arquivo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas - data ref. de 31.12.2008”);
- www.bmfbovespa.com.br (neste website, acessar “Empresas Listadas”, buscar por “MRV”, clicar em “MRV Engenharia e Participações S.A.”, clicar na aba “Relatórios Financeiros” e clicar em “Demonstrações Financeiras Padronizadas”).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Informações Trimestrais referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e de 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E DE 2008

As Informações Trimestrais – ITR Individuais e Consolidadas da Companhia referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e de 2008, e o Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes se encontram disponíveis para consulta nos seguintes *websites*:

- <http://ri.mrv.com.br/ri/pdf/pt/ITR2009T03.pdf>;
- www.cvm.gov.br (*neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações”, buscar por “MRV”, selecionar “ITR” e clicar no link “Download” relativo ao documento “ITR Legislação Societária - data de encerramento de 30.09.2009”*);
- www.bmfbovespa.com.br (*neste website, acessar “Empresas Listadas”, buscar por “MRV”, clicar em “MRV Engenharia e Participações S.A.”, clicar na aba “Relatórios Financeiros” e clicar em “Informações Trimestrais – ITR”*).